

AUTOAVALIAÇÃO e PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PPGD 2021 – DOCENTES

RELATÓRIO DA PESQUISA

(formação discente e produção intelectual)

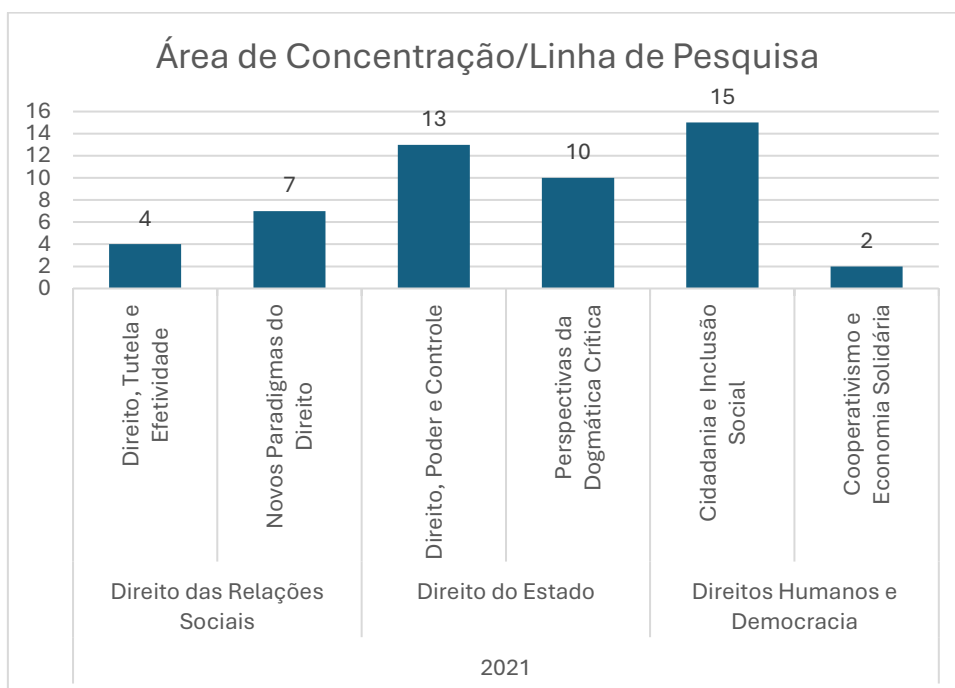
Período da pesquisa: março/2022.

Respondentes: 51 docentes.

(*) Dados completos e detalhados do levantamento no arquivo “PPGD_UFPR base de dados Autoavaliação e Planejamento Estratégico 2021_23.xls”.

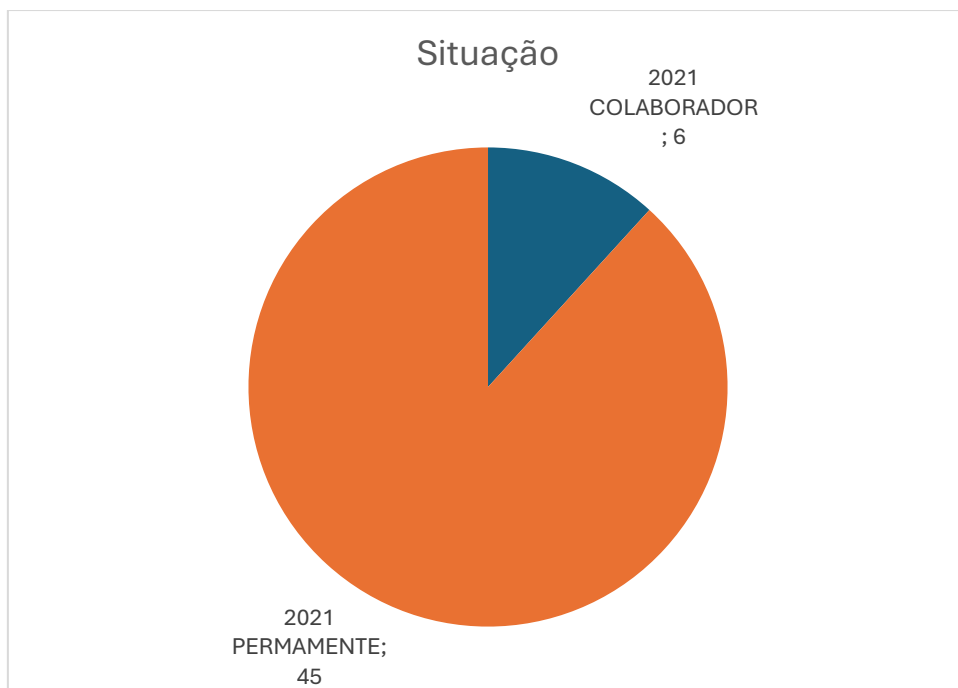
Identifique a principal Área e Linha de Concentração do PPGD que concentra sua atuação docente (oferta de disciplinas, orientação, etc.) e como pesquisador (núcleos/grupos/projetos de pesquisa/extensão, produção e divulgação acadêmica e científica, etc.).

Área/Linha	n
Direito das Relações Sociais	11
Direito, Tutela e Efetividade	4
Novos Paradigmas do Direito	7
Direito do Estado	23
Direito, Poder e Controle	13
Perspectivas da Dogmática Crítica	10
Direitos Humanos e Democracia	17
Cidadania e Inclusão Social	15
Cooperativismo e Economia Solidária	2
Total	51



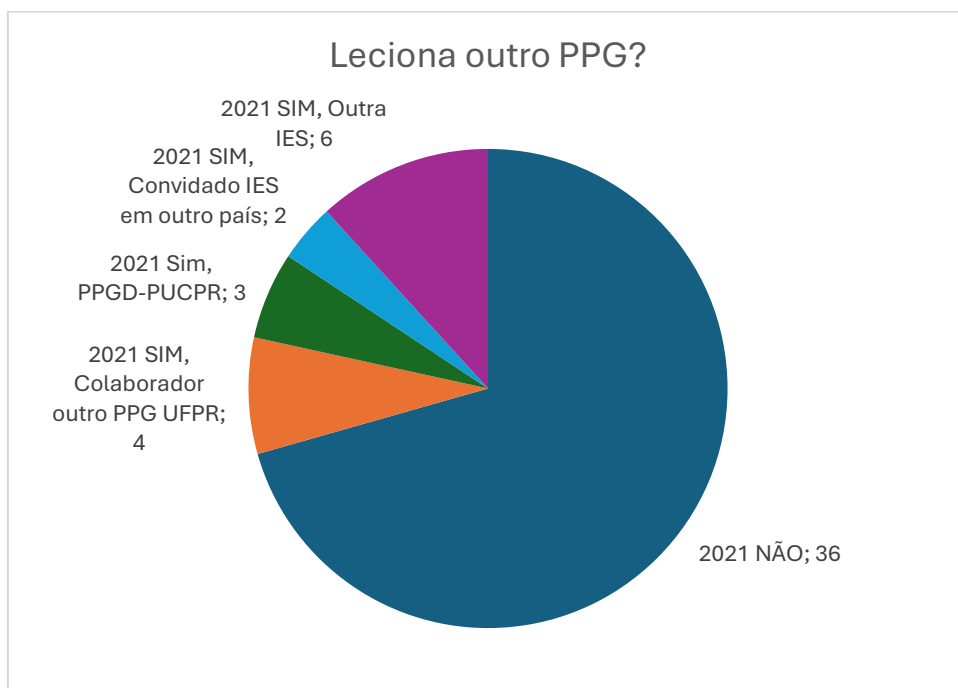
Situação docente no PPGD–UFPR: (PERMANENTE OU COLABORADOR)

Situação	N
PERMANENTE	46
COLABORADOR	6
Total Geral	51



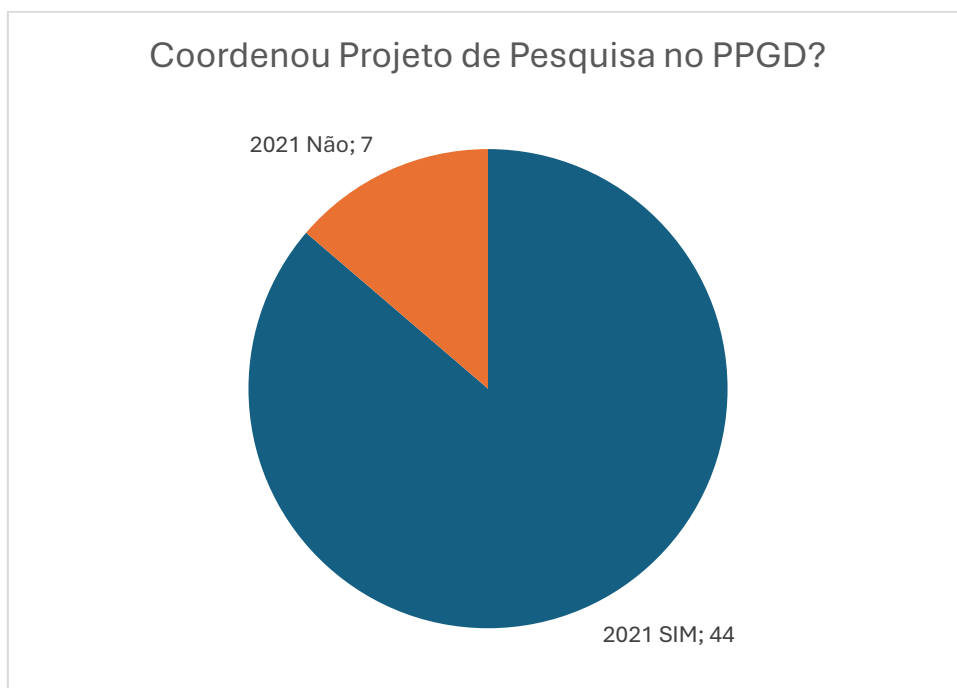
Leciona em outro programa de pós-graduação? Se sim, qual?

Situação	N
NÃO	36
SIM, Colaborador outro PPG UFPR	4
Sim, PPGD-PUCPR	3
SIM, Convidado IES em outro país	2
SIM, Outra IES	6
Total Geral	51



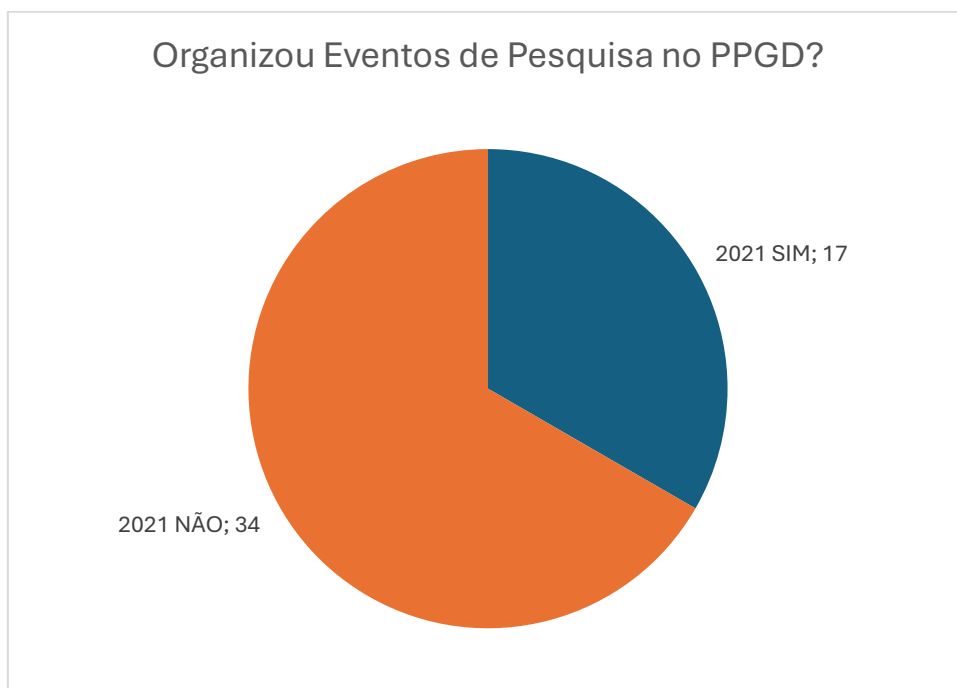
Produção Intelectual: **Coordenou, no ano informado, algum projeto de pesquisa no PPGD-UFPR?**

Coordena	n
SIM	44
NÃO	7
Total Geral	51



Produção Intelectual: **Organizou, no ano informado, eventos de divulgação de resultados de pesquisas no PPGD–UFPR?**

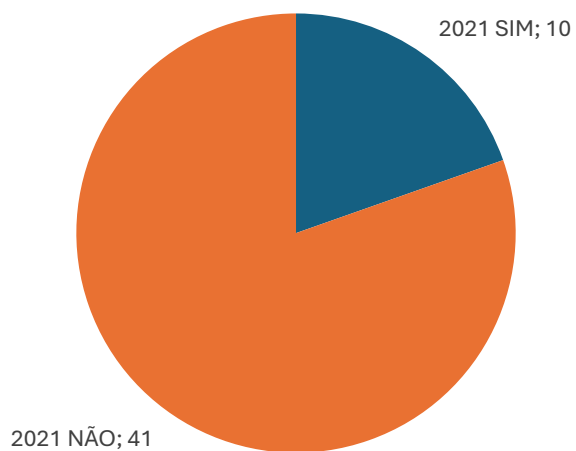
Organização de Evento	n
SIM	17
NÃO	34
Total Geral	51



Produção Intelectual: **Organizou, no ano informado, eventos de divulgação de resultados de pesquisas no PPGD–UFPR com participação de docente vinculado a IES de outros países (internacionalização)?**

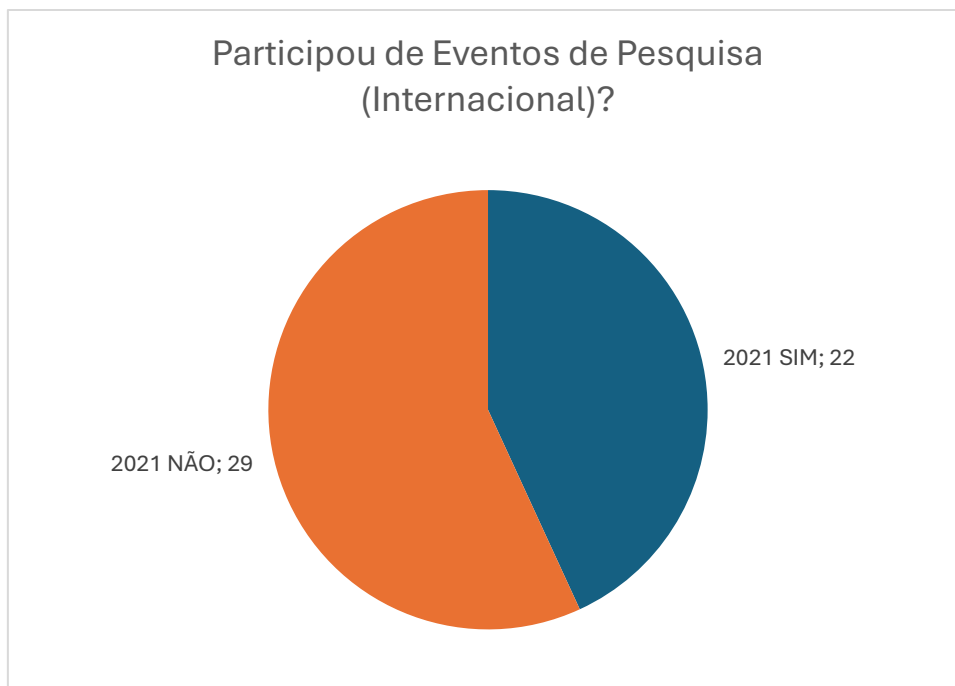
Organização de Evento	n
SIM	10
NÃO	41
Total Geral	51

Organizou Eventos de Pesquisa (Internacional)
no PPGD?



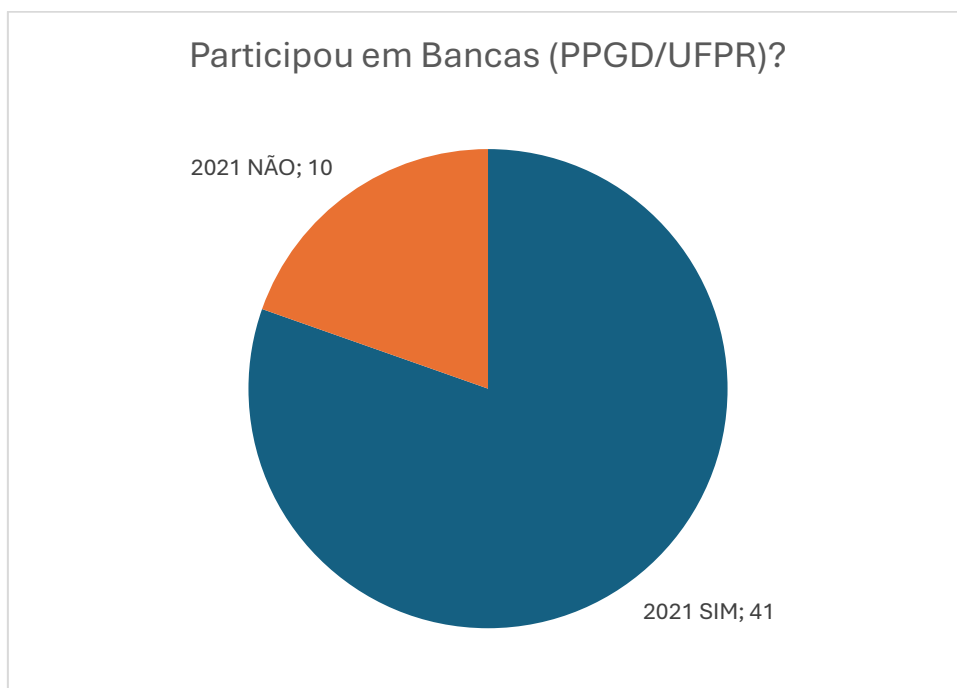
Produção Intelectual: **Participou, no ano informado, em eventos de divulgação de resultados de pesquisas promovidos por Organizações Científicas Internacionais e/ou Universidades de outros países (internacionalização)?**

Participação em Evento (Internacional)	n
SIM	22
NÃO	29
Total Geral	51



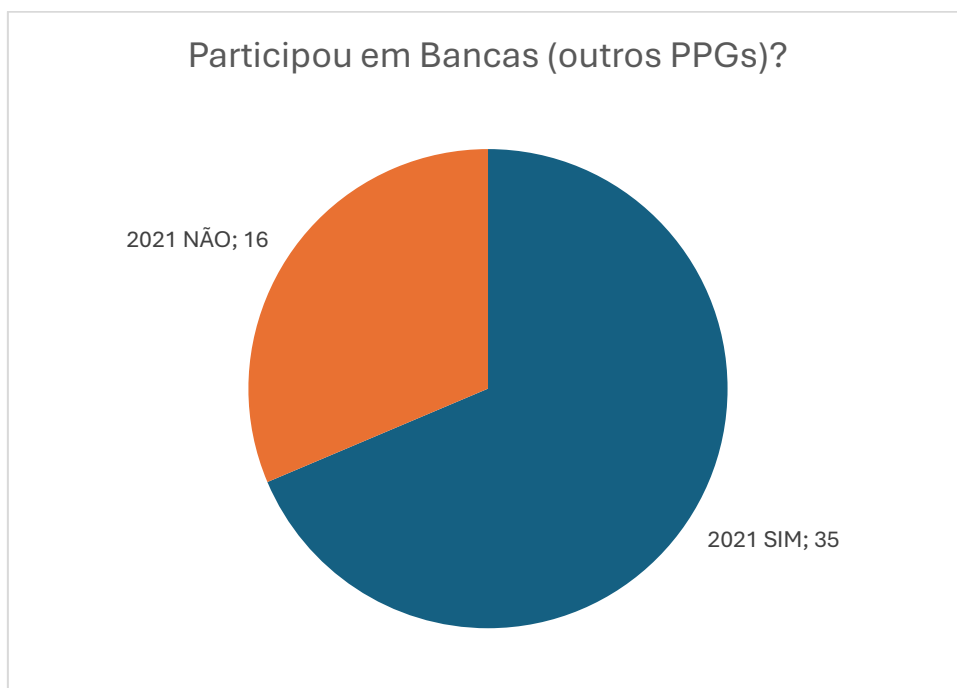
Formação Discente: **Participou, no ano informado, de bancas de mestrado ou doutorado no PPGD–UFPR?**

Participação Bancas PPGD/UFPR	n
SIM	41
NÃO	10
Total Geral	51



Formação Discente: **Participou, no ano informado, de bancas de mestrado ou doutorado em outros PPGs (de outras IES)?**

Participação Bancas PPGD/UFPR	n
SIM	35
NÃO	16
Total Geral	51



Produção Intelectual: **Relacionar os ARTIGOS publicados em 2021 e indicar os de maior destaque e relevância.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2021

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

EDUARDO TALAMINI

1. TALAMINI, E.. Legitimidade e interesse nas ações de impugnação de deliberações societárias. REVISTA DE PROCESSO, v. 313, p. 245-285, 2021.2. TALAMINI, E.; BUENO, C. S. ; CUNHA, L. C. ; LUCON, P. H. S. ; DOTI, R. F. . Memorial do IBDP como amicus curiae na ADI 5941/DF sobre medida atípicas na execução. REVISTA DE PROCESSO, v. 314, p. 137-143, 2021.3. TALAMINI, E.. Coisa julgada e efeitos da sentença na ação de impugnação de deliberação societária. REVISTA DE PROCESSO, v. 317, p. 267-301, 2021.

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

7. RICHTER, D. K.; RIBEIRO, M. C. P. A DOUTRINA ESSENCIAL FACILITIES E A REGULAÇÃO DO OPEN BANKING: AS BASES DE DADOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO FACILIDADES ESSENCIAIS. ECONOMIC ANALYSIS OF LAW REVIEW. , v.12N3, p.401 - 414, 2021.8. RIBEIRO, M. C. P.; LACERDA, R. M. N.; CECY, M. D. A mediação aplicada aos processos de recuperação judicial: análise de um incentivo necessário. RSDE. REVISTASEMESTRAL DE DIREITO EMPRESARIAL. , v.29, p.1 - 27, 2021.9. RIBEIRO, M. C. P.; ALVES, G. R. R. Ferramentas Digitais e Insolvência Empresarial. Cadernos Jurídicos (OAB PR). , v.109, p.46 - 48, 2021.10. RIBEIRO, M. C. P. Função Social do Contrato Empresarial: função econômica e perspectivas. Revista de la Facultad de Derecho de México., v.70, p.177 - , 2021.11. PEREIRA RIBEIRO, MARCIA CARLA; DOMINGUES, VICTOR HUGO Paternalismo libertário e políticas públicas: intervenção e transparência. Revista Brasileira de Políticas Públicas. , v.11, p.103 - 120, 2021.12. RIBEIRO, M. C. P.; FELIPPE, J. G. Remédios do antitruste e efetividade do direito concorrencial. Revista de Análise Econômica do Direito. , v.1, p.1 - 16, 2021.13. RIBEIRO, MÁRCIA CARLA PEREIRA; SILVEIRA, G. A. VEDAÇÃO À ANÁLISE DE MÉRITO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O PAMPRINCIPIOLOGISMO NA APLICAÇÃO DO CRAMDOWN. Revista Jurídica- Unicuritiba. , v.v1-58, p.790 - 810, 2021.14. RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; ALVES, G. R. R. WORLD CUP AND OLYMPIC GAMES: RIGHT OF EXCEPTION OR INSTRUMENT FOR DEVELOPMENT?. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS JURÍDICOS. , v.16 n1, p.51 - 68, 2021.

Novos Paradigmas do Direito

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK

FACHIN, L. E. ; RUZYK, C. E. P. . Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico na obra de Zeno Veloso.. REVISTA DO ADVOGADO, v. 151, p. 92-100, 2021.

CELSONE LUIZ LUDWIG

LUDWIG, Celso Luiz. Razão Comunicativa e a injustiça da exclusão. In: Teorias da Justiça: justiça e exclusão. Curitiba: Juruá, 2021, p. 59-83.

EROLTHS CORTIANO JUNIOR

CORTIANO JUNIOR, E.; PINTO, I. M. M. E. A. . Os direitos reais em movimento: a tipicidade do direito de propriedade e a pandemia. REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA, v. 43, p. 386-400, 2021.3.CORTIANO JUNIOR, E.; QUEIROZ, P M . Requisitos para a Revisão Judicial e/ou para a Resolução do Contrato em Razão do Desequilíbrio Superveniente. Revista Brasileira de Direito Contratual, v. 9, p. 14-34, 2021.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

4. Clique para acessar o artigo GEDIEL, JOSÉ ANTÔNIO PERES; MENDES BARBOSA, FERNANDO CESAR FRONTEIRA: TRÃ,NSITOS, SENSOS E DISSENSOS COMPARTILHADOS. REVISTA DIREITO EM DEBATE. , v.30, p.143 - 156, 2021. Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/issue/view/254>]5. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; BARBOSA, F. C. M. Políticas Públicas Educacionais e Inclusão de Migrantes nas Universidades Brasileiras. CADERNO DE DEBATES REFÚGIO, MIGRAÇÕES E CIDADANIA. , v.16, p.109 - 132, 2021. Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf]

MARILIA PEDROSO XAVIER

XAVIER, M. P.; CARNIEL, J. L. S.; BAZIA, A. C. M. . Acordos de mediação e perspectivas de aplicação da recente Convenção deSingapura no Brasil. REVISTA ELETRÔNICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, v. 25, p. 1, 2021.A3, ISSN 2177-8256, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

OTTOBONI PAVAN, VITOR ; NALIN, P. R. R. . A Racionalidade Econômica das Partes naInterpretação dos Negócios Jurídicos Contratuais: Direções Preliminares. Revista Brasileira de Direito Contratual, v. 7, p. 23-52, 2021.NALIN, P. R. R.; NOGAROLI, Rafaella . DIAGNÓSTICO PARA COVID-19 COMINTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS DESAFIOS SOBRE PRINCÍPIOS CONTRATUAIS ERESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA EM TEMPOS DE PANDEMIA. REVISTAELETRÔNICA DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA, v. 43, p.256-279, 2021.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

2021 - O precariado como categoria sociológica interpretativa da Reforma Trabalhista brasileira nocontexto da flexibilização contemporânea do Direito do Trabalho - Revista da Faculdade Mineira deDireito

CLARA MARIA ROMAN BORGES

BORGES, C. M. R.; RAZERA, B. A.. Paradoxos feministas: o discurso punitivsta contra a violência de gênero. INTERTHESIS (FLORIANÓPOLIS), v. 18, p. 1-23, 2021.ABREU, A. C. da S. ; BORGES, C. M. R. . As vozes silenciadas nas denúncias de feminicídio no Estado do Paraná (2015-2020): contribuições para um olhar descolonial do sistema de justiça criminal. ARGUMENTA, v. 35, p. 19-50, 2021.BORGES, CLARA MARIA ROMAN; CABRAL, L. . Para além das disputas identitárias: uma análise crítica da Agenda 2030 da ONU e da política criminal contra a violência de gênero no Brasil. Direito, Estado e Sociedade, p. 43, 2021.NASCIMENTO, D. S.; BORGES, C. M. R. . A utilização dos bancos de perfis genéticos para fins criminais: antigos e novos dilemas no cenário da necropolítica brasileira. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA

UFPR, v. 66, p. 155-183, 2021. BORGES, C. M. R.. A genealogy of the critical discourses on the authoritarianism of Brazilian Criminal Procedure Code. SEQUENCIA, v. 42, p. 1-41, 2021.

DANIEL WUNDER HACHEM

HACHEM, DANIEL WUNDER; PETHECHUST, Eloi . A superação das decisões do STF pelo Congresso Nacional via emendas constitucionais: diálogo forçado ou monólogos sobrepostos?. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v. 8, p. 209-236, 2021. HACHEM, Daniel Wunder. A convencionalização do Direito Administrativo na América Latina. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 280, p. 207-257, 2021. CARMO, Paula Gonçalves do ; GABARDO, Emerson ; HACHEM, Daniel Wunder . Diálogos museológicos: o regime jurídico brasileiro e o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus. Revista de Direito Internacional, v. 18, p. 390-417, 2021.

EMERSON GABARDO

GABARDO, EMERSON; LAZZAROTTO, Gabriel Strapasson ; WATZKO, Nicholas Andrey Monteiro . Ética pública e parcialidade no combate à corrupção: o caso The Intercept Brasil vs. Operação Lava Jato. International Journal of Digital Law, v. 2, p. 151-198, 2021. GABARDO, EMERSON; WASILEWSKI, DIONE J. . A insuficiência de tributação como fundamento para o afastamento da reserva do possível na garantia do mínimo existencial e da dignidade humana. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, p. 711-731, 2021. GABARDO, Emerson; VALÕES, Rodrigo Pavan . AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO POR ATO DOLOSO DE IMPROBIDADE E O CONDICIONAMENTO DA PRESCRIÇÃO À SUBJETIVIDADE DO AGENTE. REVISTA DO DIREITO (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), p. 112-137, 2021. GABARDO, EMERSON; BREPOHL, Marion ; GONÇALVES, Marcos . Authoritarian setback in the current crisis of Brazilian democracy. TEMPO E ARGUMENTO, v. 13, p. e0304-48, 2021. GABARDO, EMERSON; SALGADO, Eneida Desiree . The Role of the Judicial Branch in Brazilian Rule of Law Erosion. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v. 8, p. 731-769, 2021. GABARDO, Emerson; BITENCOURT, Caroline Muller . Governo eletrônico, serviços públicos digitais e participação popular: um caminho democrático a ser percorrido pela administração pública brasileira. Interesse Público, v. 9, p. 41-74, 2021. GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder ; CARMO, Paula Gonçalves do . Diálogos museológicos: o regime jurídico brasileiro e o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus. Revista de Direito Internacional, v. 18, p. 390-417, 2021.

ENEIDA DESIREE SALGADO

• SALGADO, Eneida Desiree. A SERIES OF UNFORTUNATE EVENTS OR SOME KIND OF KARMA? 2018 ELECTION AND BRAZIL'S PERSISTENT CONSERVATIVE ALIGNMENT. UC Irvine: Center for the Study of Democracy, v. 2021, p. 1-22, 2021. • GUIMARÃES DA CUNHA, AMANDA; SALGADO, Eneida Desiree. Limites Convencionais À Competência da Autoridade Eleitoral Brasileira. RESENHA ELEITORAL - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, v. 25, p. 59-84, 2021. 0104-6152 – B3. • CAMACHO CEPEDA, Gladys; SALGADO, Eneida Desiree; BITENCOURT, Caroline Muller. EL ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA: UN ESTUDIO SOBRE LAS MUNICIPALIDADES CHILENAS Y BRASILEÑAS. Revista de la Escuela Jacobea de Posgrado, v. 20, p. 1-16, 2021. 2007-3798 – A2. • GABARDO, Emerson; SALGADO, Eneida Desiree. The Role of the Judicial Branch in Brazilian Rule of Law Erosion. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v. 8, p. 731, 2021. 2359-5639 – A4. • PONTE DIAS JÚNIOR, JOSÉ ARMANDO; SALGADO, Eneida Desiree. Human rights in procedural democracies: a contribution to the debate. REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL, v. 12, p. 668-685, 2021. 2179-8214 – A2.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

LUCCHESI, Guilherme Brenner. O Model Penal Code como chave de interpretação para o estudo comparado do Direito penal americano. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, v. 178, p. 149-169, 2021. LUCCHESI, Guilherme Brenner. Por uma teoria das medidas cautelares patrimoniais no processo penal. Cadernos Jurídicos (OAB PR), v. 104, p. 1, 2021. LUCCHESI, GUILHERME BRENNER; VIDA, LUCAS GANDOLFI. Perspectivas quanto à lavagem de provas na colaboração premiada: proposta para controle de abuso processual. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL, v. 7, p. 2203-2243, 2021.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SIMÕES, Heloísa Vieira. três vezes, em cima do espelho: reflexões sobre os corpos das mulheres submetidas à revista vexatória no contexto do biopoder. DIREITO E LIBERDADE., v. 23, p. 35-58, 2021.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. A IMPRESCINDIBILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA ETAPA INTERMEDIÁRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, v. 180, p. 137-162, 2021.

PAULO CESAR BUSATO

4. BUSATO, P. C.; CESTO, M.. A Eutanásia, a eugenia e o Bem Jurídico vida frente à interrupção de cuidados paliativos: implicações penais. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1. p.121. Palavras-chave: DIREITO PENAL, Eutanásia, Eugenia, Cuidados paliativos. Áreas do conhecimento: Direito penal

WALTER GUANDALINI JUNIOR

2021 GUANDALINI JUNIOR, Walter; TEIXEIRA, Lívia Solana Pfuetzenreiter de Lima. Um Direito Administrativo de Transição: o conceito de direito administrativo na cultura jurídica da Primeira República Brasileira (1889-1930), in: Direito, Estado e Sociedade (ISSN 1516-6104), nº 58, jan.-jun. 2021. Rio de Janeiro: PUC-RJ, p. 422-459. 2021 GUANDALINI JUNIOR, Walter. O “Árbitro” na Antiguidade: releitura crítica de uma história da arbitragem, in: Revista História do Direito (ISSN 2675-9284), vol. 2, nº 2, jan.-jun. 2021. Curitiba: UFPR, p. 11-40. 2021 GUANDALINI JUNIOR, Walter. Direitos Humanos desde a Periferia: proposta de abertura para o diálogo, in: Revista Zona Crítica (Dossier Historia y Derechos Humanos), nov. 2021. La Habana: Asociación Hermanos Saíz, p. 36-51. 2021 FONSECA, Ricardo Marcelo; GUANDALINI JUNIOR, Walter. Apresentação (v. 2, n. 3, 2021), in: História do Direito: Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito (ISSN 2675-9284), vol. 2, nº 3, jul.-dez. 2021, p. 8-11. 2021 GUANDALINI JUNIOR, Walter; TEIXEIRA, Lívia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira. O Direito Administrativo do Estado Interventor, in: História do Direito: Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito (ISSN 2675-9284), vol. 2, nº 3, jul.-dez. 2021, p. 350-355.

Perspectivas da Dogmática Crítica

EGON BOCKMANN MOREIRA

MOREIRA, Egon Bockmann; GARCIA, F. A. . A Nova Lei de Licitações brasileira e alguns de seus vetos: o caso do artigo 115. Revista Brasileira De Direito Público, v. 19, p. 39-50, 2021. 9. MOREIRA, Egon Bockmann. Liberdade econômica e desenvolvimento nacional. Revista De Direito Público Da Economia, v. 74, p. 41-51, 2021. MOREIRA, Egon Bockmann. Marker de leniência no CADE: natureza, regime jurídico e efeitos. Economic Analysis Of Law Review, v. 12, p. 210-221, 2021. 11. MOREIRA, Egon Bockmann. Arrendamentos portuários e a dispensa de

licitação: breve análise sobre a Lei 14.047/2020 e o Decreto 10.672/2021. Publicações da Escola da AGU, v. 13, p. 201-214, 2021.

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

LIMAS TOMIO, FABRÍCIO RICARDO DE; ROBL FILHO, ILTON NORBERTO. AUTONOMIA E PRERROGATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA: CONSTRUINDO UM ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA/AUTONOMIA. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 16, p. 1166-1183, 2021. <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/18378>

HELOISA FERNANDES CAMARA

CAMARA, H. F.. Genealogia do Ato Institucional ? entre legalidade, exceção e legalidade excepcional. Revista História do Direito (RHD), v. 2, p. 272-299, 2021. CAMARA, Heloisa Fernandes. Populists and authoritarians? Discussions about uses of the concept. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, p. 861-884, 2021.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1. VIEIRA, J. R.; VALLE, M. D. T. . Direito Constitucional Tributário Comparado Latino-Americano: Uma Perspectiva Copernicana. DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL, v. 47, p. 298-345, 2021.

MIGUEL GUALANO DE GODOY

GODOY, Miguel Gualano de.. O Supremo contra o processo constitucional: decisões monocráticas, transação da constitucionalidade e o silêncio do Plenário. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, p. 1034-1069, 2021. GODOY, Miguel Gualano de.; SANTANA, Carolina Ribeiro; OLIVEIRA, Lucas Cravo. STF, povos indígenas e Sala de Situação: diálogo ilusório. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, p. 2174-2205, 2021.

RODRIGO LUÍS KANAYAMA

2. KANAYAMA, R. L.; KANAYAMA, R. A. . LGPD, REGIME SANCIONATÓRIO E SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRARIS. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1031, p. 227-241, 2021. FACHIN, MELINA GIRARDI; KANAYAMA, RODRIGO LUÍS. In search of the Ethos of the Brazilian Constitution. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 66, p. 95-116, 2021.

VERA KARAM DE CHUEIRI

RIZZO, A. J. H.; CHUEIRI, V. K. de. Democracia, política e a potência crítica de Jacques Rancière. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, p. xx-xx, 2021. ASSY, B. A.; CHUEIRI, V. K. de. Violência e resistência em Bacurau. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 12, p. 1, 2021. CHUEIRI, VERA KARAM DE; SAMPAIO, P. P. P. . Cultura e subcultura oficial: limites para a resolução pacífica de conflitos. InterSaberes Revista Científica, v. 16, p. 466-485, 2021.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ADRIANA ESPINDOLA CORREA

1. CORRÊA, A. E.; LANA, A. P. Revenge Porn e o Corpo Exposto nas Decisões do Superior Tribunal de Justiça. Revista Direito Público, v. 18, p. 70 -, 2021 (Periódico – Qualis A1).

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; BATISTA, L. M. B. . Inidoneidade nas hipóteses de violência contra mulheres: a paradigmática súmula 09 (CFOAB). REVISTA JURÍDICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DA OAB-PR (PRINT), v. 6, p. 245-262, 2021. MATOS, ANA

CARLA HARMATIUK; MASCARENHAS, I. L. ; COSTA, A. P. C. A. . Direito médico à objeção de consciência e a recusa em realizar procedimentos de reprodução assistida em casaishomossexuais: a discriminação travestida de direito. *Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil*, v. 10, p. 1-24, 2021. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; CAMARA, H. V. F. . Até onde deve ir a livre disposição de direitos da personalidade nas redes sociais?. *Coluna Direito Civil*, v. 1, p. 1-10, 2021.

ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. Fundamentos para uma teoria das práticas penais. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS*, v. 176, p. 1-30, 2021. ROIG, R. D. E. ; GIAMBERARDINO, André Ribeiro . Análise e consequências da derrubada do veto ao artigo 112, §7º, da LEP. *CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE)*, v. 30042021, p. 1-2, 2021. GIAMBERARDINO, André Ribeiro; FISCHER, M. E. P. . Sobre o tratamento legal do ofendido no processo penal: uma análise comparativa entre o direito brasileiro e o norte-americano. *REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM*, v. 16, p. 1-28, 2021. GIAMBERARDINO, ANDRÉ RIBEIRO; FACHIN, MELINA GIRARDI ; BELLEGARD, ALICIA MARCY DE CARVALHO ; RIBAS, ANA CAROLINA ; GOLDMAN, BÁRBARA ANTUNES ; SOARES, CAROLINA BORGES ; BONATTO, MARINA ; VOLZ, MURIEL BRENNAN ; VICENTE, ALANA EMANUELLE PLUCINSKI ; LICNERSKI, AMANDA FILAS ; MIYASHIRO, ANA JULIA AMARO ; CORREIA, BIANCA KETLYN ANDERLE ; RAMOS, CATARINA MENDES VALENTE ; MARTINS, DILERMANDO APARECIDO BORGES ; MORIGGI, FERNANDA DE AMO ; FERREIRA, GIOVANNY PADOVAM ; ZARNICINSKI, IGOR MAESTRELLI ; TAQUES, JOÃO DANIEL VILAS BOAS ; NASCIMENTO, LARISSA ANACLETO DO ; LOPES, MARÍLIA MARTINS ; BORSATO, PAOLA SOLDATELLI ; BARBIERI, PAULA GABRIELA ; OLIVEIRA, PEDRO CEZAR GRIGIO DE ; SANTOS, STEFANY FELIPP DOS ; BOCCHI, VALENTINA MARIA PENSO . Amicus curiae à solicitação de opinião consultiva formulada pela Comissão Americana de Direitos Humanos sobre Enfoques Diferenciados em Matéria de Pessoas Privadas de Liberdade. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO (UFPR)*, v. 66, p. 253, 2021.

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

FONSECA, ANGELA COUTO MACHADO; CORDEIRO, R. C. ; SOUZA, T. P. . A Fragilidade do Direito: as lutas por Direitos e o mecanismo imunitário da soberania. *Revista Direito Público*, v. 18, p. 560-587, 2021. FONSECA, ANGELA COUTO MACHADO; SANTOS, A. R. B. . Sexo, Poder e Imunidade: uma reflexão sobre dois casos brasileiros. *REVISTA DIREITO E PRÁXIS*, v. 12, p. 221-237, 2021.

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

10. MACEDO, JOSÉ ARTHUR CASTILLO DE; BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ. Federação brasileira: design constitucional e centralização. *Revista de Direito Público da Economia* 013 RDPE. , v.75, p.157 - 175, 2021. Palavras-chave: Direito Constitucional, federalismo. Referências adicionais: Português. 11. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; BUSS, G. O problema da religião na edificação do constitucionalismo liberal-democrático. *Suprema - Revista de Estudos Constitucionais*. , v.1, p.291 - 322, 2021. Palavras-chave: liberdade religiosa, LAICIDADE, Democracia, Constitucionalismo. Áreas do conhecimento: Direito Constitucional. Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<http://https://doi.org/10.53798/suprema.2021.v1.n2.a71>]

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

TOMIO, FABRICIO RICARDO DE LIMAS; ROBL FILHO, ILTON NORBERTO. Autonomia e prerrogativas do ministério público brasileiro em perspectiva comparada: construindo um

índice de independência/autonomia.. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA. , v.16, p.1166 - , 2021.ATAIDE, J. R. S.; ROBL FILHO, I. N. O FORO POR PRERROGATIVA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: AS RAZÕES DE UMA “CIRANDA” JURISPRUDENCIAL. REVISTA ELETRÔNICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL. , v.13, p.233 - 258, 2021.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

2021. [Clique para acessar o artigo] MAFRA, MATHEUS; ISAGUIRRE, KATYA REGINA Autorizar ou negociar? Os papéis do Conselho Municipal de Urbanismo na Política Urbana de Curitiba. DIREITO DA CIDADE. Fator de Impacto(2021 JCR): 0,0000, v.13, p.1687 - 1705, 2021.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [doi:10.12957/rdc.2021.45061]2021. [Clique para acessar o artigo] Isaguirre-Torres, Katya Regina Extrativismos e colonialidade: a Reserva Nacional do Cobre - Brasil. REVISTA VIDERE (ON LINE). , v.13, p.298 - 318, 2021.Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [doi:10.30612/videre.v13i26.13142]

MARCELO MIGUEL CONRADO

CORDIOLI, H. A. ; CONRADO, Marcelo . Ghost-writers e direito autoral: possível equiparação aos direitos conexos de autor. Estudos de Direito do Autor e Interesse público, v. 1, p. 637-653, 2021.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

8.SERAU JUNIOR, M. A.; BASTOS, A. L. H. . Retrospectiva previdenciária de 2020. REVISTASÍNTese DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 100, p. 48-65, 2021.9.SERAU JUNIOR, M. A.; BASTOS, A. L. H. . A Medida Provisória nº 1023/2020 e o Benefício de Prestação Continuada. REVISTA SÍNTese DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 101, p. 47-63, 2021.10.SERAU JUNIOR, M. A.; BASTOS, A. L. H. ; CAETANO COSTA, J. R. . A presunção de deficiência em razão de visão monocular: reflexões em torno da Lei 14.126/2021. REVISTA SÍNTese DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 102, p. 58-70, 2021.11.SERAU JUNIOR, M. A.; BASTOS, A. L. H. . A Medida Provisória n. 1.023 e o Benefício de Prestação Continuada. REVISTA SÍNTese DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 101, p. 47-63, 2021.12.SERAU JUNIOR, M. A.. Previdência Complementar e igualdade de gênero - Tema 452/STF (RE639.138/RS). REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO), v. 217, p. 65-76, 2021.13.SERAU JUNIOR, M. A.; IANTAS, Isabel Ceccon . O teletrabalho na Argentina e no Brasil: Análise comparativa em busca da regulação jurídica mais adequada. Revista Jurídica de San Juan, v. 3, p.1-2, 2021.14.RETSLAFF, F. S. ; SERAU JUNIOR, M. A. . 12 Anos da Lei 11.788/2008 (Lei do Estágio): avanços e desafios. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO), v. 218, p. 117-154, 2021.15.SERAU JUNIOR, M. A.; OLIVEIRA, G. V. . RPPS: Exigência de Cinco Anos no Cargo Público para Concessão da Aposentadoria (Tema nº 578 do STF). REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 63, p. 5-18, 2021.16.SERAU JUNIOR, M. A.. Comentário ao RE 1221446 Tema 1095 da repercussão geral. REVISTADOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1031, p. 395-398, 2021.17.SERAU JUNIOR, M. A.; VARGAS, T. B. . Comentário ao RE 655283/DF Tema 606 da repercussão geral. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1031, p. 422-426, 2021.18.SERAU JUNIOR, M. A.; COSTA, José Ricardo Caetano ; BASTOS, A. L. H. . A presunção de deficiência em razão de visão monocular: reflexões em torno da Lei nº 14.126/2021. REVISTASÍNTese DIREITO PREVIDENCIÁRIO, v. 102, p. 58, 2021.

MELINA GIRARDI FACHIN

CONCI, LUIZ ARCARO; FACHIN, MELINA GIRARDIA progressiva superação da regulação do crime de desacato na América Latina: diálogos entre o doméstico e o

internacional. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. , v.11, p.426 - 457, 2021. GIAMBERARDINO, ANDRÉ RIBEIRO; FACHIN, MELINA GIRARDI; BELLEGARD, ALICIA MARCY DE CARVALHO; RIBAS, ANA CAROLINA; GOLDMAN, BÁRBARA ANTUNES; SOARES, CAROLINA BORGES; BONATTO, MARINA; VOLZ, MURIEL BRENNNA; VICENTE, ALANA EMANUELLE PLUCINSKI; LICNERSKI, AMANDA FILAS; MIYASHIRO, ANA JULIA AMARO; CORREIA, BIANCA KETLYN ANDERLE; RAMOS, CATARINA MENDES VALENTE; MARTINS, DILERMANDO APARECIDO BORGES; MORIGGI, FERNANDA DE AMO; FERREIRA, GIOVANNY PADOVAM; ZARNICINSKI, IGOR MAESTRELLI; TAQUES, JOÃO DANIEL VILAS BOAS; NASCIMENTO, LARISSA ANACLETO DO; LOPES, MARÍLIA MARTINS; BORSATO, PAOLA SOLDATELLI; BARBIERI, PAULA GABRIELA; OLIVEIRA, PEDRO CEZAR GRIGIO DE; SANTOS, STHEFANY FELIPP DOS; BOCCHI, VALENTINA MARIA PENSO *Amicus curiae à solicitação de opinião consultiva formulada pela Comissão Americana de Direitos Humanos sobre Enfoques Diferenciados em Matéria de Pessoas Privadas de Liberdade. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO (UFPR)*. , v.66, p.253 - , 2021. GIRARDI FACHIN, MELINA; PIOVESAN, Flávia *Implementation of the recommendations of the Inter-American Commission on Human Rights in the Brazilian constitutionalism: proposals and perspectives. UNIO & EU LAW JOURNAL*. , v.7, p.96 - 119, 2021. FACHIN, MELINA GIRARDI; KANAYAMA, RODRIGO LUÍS *In search of the Ethos of the Brazilian Constitution. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO (UFPR)*. , v.66, p.95 - 116, 2021. CAMBI, E.; PORTO, L. A.; FACHIN, Melina Girardi *O Supremo Tribunal Federal e a construção do constitucionalismo multinível. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais*. , v.1, p.113 - 150, 2021. CAMBI, E.; PORTO, L. A.; FACHIN, Melina Girardi *O Supremo Tribunal Federal e a construção do constitucionalismo multinível. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais*. , v.1, p.113 - 150, 2021

RUI CARLO DISSENHA

1. DISSENHA, R. C.; GONCALVES, A. . *Proof beyond a reasonable doubt: um estudo da adaptação brasileira como risco potencial às garantias processuais. Revista Electrónica de Estudios Penales y de la Seguridad*, v. 7, p. 01-16, 2021. 2. DISSENHA, R. C.; KOSAK, A. P. . *Direitos fundamentais no processo penal e o Supremo Tribunal Federal: qual garantismo penal?. Revista Electrónica de Estudios Penales y de la Seguridad*, v. 7, p. 01-16, 2021. 3. DISSENHA, R. C.; FARIAS, M. C. . *Criminalização do Ecocídio: qual a contribuição do Estatuto de Roma?. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS*, v. 183, p. 313-342, 2021. 4. DISSENHA, R. C.. *Ensayo sobre la Abogacía del Estado, hard cases y la hermenéutica gadameriana. Revista de la Escuela del Cuerpo de Abogados del Estado*, v. ano 5, p. 29-49, 2021.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

3) FRIEDRICH, TATYANA SCHEILA; BERTOLDO, JAQUELINE . *Metodologias visuais na educação em direitos humanos com estudantes migrantes na UFPR. REVISTA X*, v. 16, p. 461-484, 2021. 4.4) FRIEDRICH, TATYANA; MELO-PFEIFER, SÍLVIA ; RUANO, BRUNA . *Direito à educação linguística de alunos migrantes e refugiados: Reflexões sociopolíticas, sociolinguísticas e educativas em torno dos casos Brasileiro e Alemão. ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES*, v. 29, p. 70, 2021. 5.5) Tatyana Scheila Friedrich; MELLO, B.. *Vulnerabilidades no Acesso à Saúde pelos Migrantes Internacionais em Tempos de Pandemia: um Estudo de Caso a Partir do Cenário de Boa Vista/Roraima. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS*, v. 1, p. 65-89, 2021.

TAYSA SCHIOCCHET

3. SPIES DA CUNHA, ANITA; SCHIOCCHET, TAYSAA *constitucionalidade do DNA na perseguição penal: o direito à autodeterminação informativa e o critério de proporcionalidade*

no Brasil e na Alemanha. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS. Fator de Impacto(2021 JCR): 0,0000, v.8, p.529 - 554, 2021.4. SCHIOCCHET, TAYSA; ARAGÃO, SUÉLLYN MATTOS DE A REGULAÇÃO DO CFM E OS DESAFIOS NA APLICABILIDADE DE SOFT LAW EM CASOS DE TERMINALIDADE. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA). , v.19, p.1 - 34, 2021.5. SCHIOCCHET, T.; ARAGÃO, S. M.; PACK, E. W. L.; SANTOS, A. A.Boas práticas no atendimento de pacientes com restrições religiosas à transfusão sanguínea. REVISTA LATINOAMERICANA DE DERECHO Y RELIGIÓN. , v.7, p.1 - 37, 2021.6. QUEIROZ, M. C.; SCHIOCCHET, T.Incorporação do feminicídio pela dogmática penal brasileira:a violência letal contra mulheres entre reconhecimento e naturalização. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. , v.184, p.101 - 138, 2021.7. ARAUJO, P. C.; SCHIOCCHET, T.O resumo e a mobilização dos recursos metodológicos em teses do direito. INFORMAÇÃO & SOCIEDADE (UFPB. ONLINE). Fator de Impacto(2021 JCR): 0,2800, v.31, p.1 - 25, 2021.8. ARAGÃO, S. M.; SCHIOCCHET, T.; PAVAO, J. C.Quem é o representante legítimo do paciente incapaz de manifestar sua vontade?. Civilistica.com - Revista Eletrônica de Direito Civil. , v.10, p.1 - 19, 2021.Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)1. SCHIOCCHET, TAYSA; CASTILHO, N. M.Clínicas jurídicas, litigância estratégica e produção de conhecimento entre norte e sul global: relações Brasil e França no âmbito do 'Projeto CDH/UFPR e EUCLID' In: VI ENADI: Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2021

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

PAZELLO, Ricardo Prestes; UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli ; FERREIRA, Matheus Soares . A acumulação originária que se renova: aproximações antropológico-jurídicas ao confronto entre a saúde do capital minerário e a dos atingidos de Barra Longa. INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 7, p. 1-22, 2021PAZELLO, Ricardo Prestes; MASO, Tchenna Fernandes . O legado de Paulo Freire para a Assessoria Jurídica Popular. Revista Estudos do Sul Global, v. 1, p. 265-276, 2021.PAZELLO, Ricardo Prestes. Jardim suspenso entre dois céus: um ensaio sobre o estado da arte da relação entre marxismo e direito no Brasil, hoje. REVISTA CULTURAS JURÍDICAS, v. 8, p. 65-87, 2021PAZELLO, Ricardo Prestes; WAGNITZ, Helena de Paula . Contrarreformas estruturais e acumulação originária permanente do capital: esboço metodológico para análise da relação jurídica dependente no Brasil. Nuestrapraxis.Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica, v. 4, p. 81-100, 2021PAZELLO, Ricardo Prestes. No rastro do 'indiferente jurídico': ensaio de antropologia do direito a propósito de um movimento grevista de professores. Direito, Estado e Sociedade, 2021.<https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1443/667>.

SIDNEI MACHADO

3.MACHADO, Sidnei. La réglementation du télétravail au Brésil. REVUE DE DROIT COMPARÉ DU TRAVAIL ET DE LA SÉCURITÉ SOCIALE, v. 2021/1, p. 146-151, 2021.4.MACHADO, Sidnei. Negociação coletiva no Brasil: entre desarticulação e reinstitucionalização. TEORIA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA, v. 06, p. 01-29, 2021.5.MACHADO, Sidnei.; Alexandre Pílan Zaroni . O trabalho em plataformas digitais: direitos, COVID-19 e problemas emergentes. Sociedade e Cultura, v. 24, p. 1-35, 2021.6.MACHADO, Sidnei.; CONRADT, M. W. . Jurisprudência da crise do covid-19 e direito do trabalho. REVISTA DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS, v. 7, p. 88-102, 2021.7.MACHADO, Sidnei. Fissuras na negociação coletiva: entre a reforma de 2017 e as normas de emergência da pandemia. REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM, v. 16, p. e39850-e39850, 2021.8.MACHADO,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD
Tel: (41) 3310-2685
<https://ppgd.ufpr.br/>
ppgdufpr@gmail.com

20

Sidnei. La réduction du salaire en raison du Covid 19 validée par la Cour Suprême du Brésil.
REVUE DE DROIT COMPARÉ DU TRAVAIL ET DE LA SÉCURITÉ SOCIALE, v. 1, p. 142 – 145, 2021.

Produção Intelectual: **Relacionar os LIVROS/CAPÍTULOS publicados em 2021 e indicar os de maior destaque e relevância.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2021

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Clayton Maranhão; Vanessa Dalbosco. A regra da congruência no julgamento do recurso de apelação no CPC/2015, 2021. Clayton Maranhão; Gustavo de Melo Vicelli. Fatos, provas e verdade: análise quanto à (im)possibilidade, 2021. Clayton Maranhão. STJ entre cognitivismo e ceticismo interpretativo: obsolescência da Súmula 400 do STF, 2021. Clayton Maranhão. Comentários ao Código de Processo Civil [Coord. Luiz Guilherme Marinoni; Org. Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, Volume XVII [artigos 1.045 a 1072], 3a. ed., 2021.

EDUARDO TALAMINI

Livros publicados e organizados TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo. 20. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2021. v. 1. 696p .7. TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional (processo de conhecimento e tutela provisória). 20. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2021. v. 2. 992p .8. TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: execução. 18. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2021. v. 3. 760p .9. TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: procedimentos especiais e juizados especiais. 18. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2021. v. 4. 432p .Capítulos de livros publicados 10. TALAMINI, E.. Coisa julgada e efeitos da sentença na ação de impugnação de deliberação societária. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira. (Org.). Processo societário IV. 1ed. São Paulo/SP: Quartier Latin, 2021, v. 4, p. 335-378. 11. TALAMINI, E.. Conflito entre coisas julgadas: prevalência da segunda, quando não rescindida. In: Teresa Arruda Alvim; Sérgio Luiz Kukina; Pedro Miranda de Oliveira; Alexandre Freire. (Org.). O CPC de 2015 visto pelo STJ. 1ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2021, v. , p. 1025-1036.

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

Capítulos de livros publicados 6. PAGANELLA, G. P.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira Blockchain e DLT como estrutura de governança In: Direito e economia: análises aplicadas. 1 ed. Rio de Janeiro: FGVDireito Rio, 2021, v.1, p. 75-111. 7. RIBEIRO, M. C. P. Empresa em dificuldade e seu tratamento precoce In: Temas atuais de direito comercial: uma visão luso-brasileira. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v.1, p. 79-88. 8. FRAGOSO, R. M. S.; RIBEIRO, MÁRCIA CARLA PEREIRA; GONÇALVES, Oksandro O; ROCHA JUNIOR, W. F. Insurance Contracts in the Agribusiness: A Global Overview of Agricultural Insurance with a Focus on Brazil In: Indian Development Policy Review. 1 ed. Haryana: Esi Publication, 2021, v.2 n1, p. 25-47. 9. SOUZA, L. R.; RIBEIRO, M. C. P. Nudging to Incorporate: the Acting of Central Bank of Brazil in the Incorporations of Credit Cooperatives. In: The Evolution of Cooperative Law in the Era of Globalization in the Countries of Eastern Europe, Central Asia and Other Countries of the World :

Materials of the International Online Conference on Cooperative Law (April 06–07, 2021). 1 ed. Belgorode (Rússia): Publishing House BUСEL, 2021, v.1, p. 163-177. 10. HASTREITER, M. A.; RIBEIRO, MÁRCIA CARLA PEREIRA O Direito Internacional Privado nas transações celebradas a partir da blockchain In: Estudos de direito e desenvolvimento tecnológico. 1 ed. Porto - Portugal: IBEROJUR, 2021, v.1, p. 357-366. 11. RIBEIRO, M. C. P.; FUCKNER, M. H. O Objeto de Tutela dos Contratos de Indenidade: Análise do Ato Regular de Gestão e da Conduta Culposa do Administrador In: Contencioso Societário e Novas Perspectivas do Direito Empresarial. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2021, p. 167-202.

SERGIO CRUZ ARENHART

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. RAGONE, Alvaro Perez. SAHIÁN, José. Procesos colectivos en acción – visión y misión. Buenos Aires: La Ley, 2021. 521p.

Novos Paradigmas do Direito

CELSO LUIZ LUDWIG

LUDWIG, Celso Luiz. Elementos de filosofia geral e filosofia jurídica: uma introdução crítica. Curitiba: InterSaberes, 2021. LUDWIG, Celso Luiz. Prefácio. In: PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito insurgente: para uma crítica marxista ao direito. V.1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. XVII-XXV.

EROUETHS CORTIANO JUNIOR

CORTIANO JUNIOR, E.. O direito civil moderno e a construção do Estado: um ensaio. In: Carlos Vinícius Alves Ribeiro; Dias Toffoli; Otávio Luiz Rodrigues Junior. (Org.). Estado, direito e democracia. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 59-66. 1. CORTIANO JUNIOR, E.. O loteamento urbano e os direitos do adquirente. In: André Gustavo Andrade; Cristina Terezza Gaulia; José Roberto de Castro Neves; Marco Aurélio Bezerra de Melo. Lições de direito imobiliário. Homenagem a Sylvio Capanema. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: GZ Editora, 2021. v. 1. P. 559-567.

MARILIA PEDROSO XAVIER

XAVIER, Marília Pedroso; COLOMBO, M. B. S. . Guarda e autoridade parental: por um regime diferenciador. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; DADALTO, Luciana. (Org.). Autoridade Parental: dilemas e desafios contemporâneos. 2ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v. 1, p. 37-50. XAVIER, Marília Pedroso; BARRETTO, F. L. . ?Deixe que digam, que pensem, que falemos?: lineamentos sobre liberdade de expressão e direito sucessório. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LOBO, Fabíola Albuquerque; ANDRADE, Gustavo (Coord.). (Org.). Liberdade de expressão e relações privadas.. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 379-392. XAVIER, Marília Pedroso; NASCIMENTO, S. P. . ALTERAÇÃO ABUSIVA DE DOMICÍLIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANECESSÁRIA APLICAÇÃO DO ART. 8.º DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL. In: Daniela Braga Paiano; Gabriela Amorim Paviani; Juliana Carvalho Pavão. (Org.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Uma homenagem aos seus 30 anos. 1ed. Londrina: Thoth, 2021, v. 1, p. 415-434. XAVIER, Marília Pedroso. O Direito de família brasileiro e a Constituição de 1988. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro - Constituições Econômica e Social. 2ed. São Paulo: RT, 2021, v. 3, p. 540-570. XAVIER, Marília Pedroso; XAVIER, Luciana Pedroso . A declaração de inconstitucionalidade artigo 1.790 do Código Civil Brasileiro. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; CICCIO, Maria Cristina de; RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. (Org.). Direito Civil na Legalidade Constitucional: algumas aplicações. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v. 1, p. 329-340.

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

NALIN, PAULO; COPI, L. M. ; OTTOBONI PAVAN, VITOR ; Cordeiro Hanthorne, B. de O.; Marçal, F. B. ; BONAMIGO, H. F. ; Câmara, H. V. F. ; SIRENA, H. C. ; DE CASTRO, I. S.; PROVENSI, J. M. G. ; KAREN, V. ; RÖDER, Marcus Paulo ; PIMENTEL, Mariana Barsaglia ; BORGES DA CRUZ, M. T. ; CARVALHO COSTA, P. H. ; NOGAROLI, Rafaella . Pós-Constitucionalização do Direito Civil. 1. ed. Londrina: Thoth, 2021. v. 1. 280p. NALIN, PAULO; BARSAGLIA PIMENTEL, MARIANA . O contrato entre direitos humanos e liberdades econômicas. In: Paulo Nalin; Lygia Maria Copi. (Org.). As novas fronteiras do direito contratual: contratos privados e direitos humanos. 1ed. Belo Horizonte: Forum, 2021, v. 1, p. 13-30. NALIN, P. R. R.; BASSO, G. . A aquisição de imóveis rurais por estrangeiros e seus impactos econômicos com a nova Lei do Agro. In: Carlos Arauz Filho; Rafaela Parra; Gabriele Placha. (Org.). O direito no agronegócio globalizado. 1ed. Londrina: Thoth, 2021, v.1, p. 295-308. NALIN, P. R. R.; Natividade, J. P. K.F. . O lucro da intervenção e a tutela de remoção dos ganhos ilícitos. In: Fernanda Ivo Pires. (Org.). Da estrutura à função da responsabilidade civil. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v. 1, p. 539-549. NALIN, P. R. R.; NOGAROLI, Rafaella . Cirurgias assistidas por robôs e análise diagnóstica com inteligência artificial: novos desafios sobre os princípios contratuais e o equacionamento da responsabilidade civil médica. In: Marcos Ehrhardt Junior; Marcos Catalan; Pablo Malheiros. (Org.). Direito civil e tecnologia. 1ed. Belo Horizonte: Forum, 2021, v. 1, p. 649-668. NALIN, P. R. R.; NOGAROLI, Rafaella . Inteligência artificial, blockchain e smart contracts: breves reflexões sobre o novo desenho jurídico do contrato na sociedade da informação. In: Mafalda Miranda Barbosa, Felipe Braga Netto; Michael César Silva, José Luiz de Mpora Faleiros Júnior. (Org.). Direito digital e inteligência artificial. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v.1, p. 753-754. NALIN, P. R. R.; NOGAROLI, Rafaella . Responsabilidade civil do médico na telemedicina durante a pandemia da COVID-19 no Brasil: a necessidade de um novo olhar para a aferição da culpa médica e da violação do dever de informação. In: Anna Carolina Pinho. (Org.). Discussões sobre o direito na era digital. 1ed. Rio de Janeiro: GZ, 2021, v. 1, p. 655-685.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

DANIEL WUNDER HACHEM

HACHEM, Daniel Wunder; PETECHUST, Eloi . Supremacia judicial no constitucionalismo brasileiro: riscos à democracia e as alternativas das teorias dos diálogos constitucionais. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro. 2ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 2, p. 615-642.

EMERSON GABARDO

Livros Organizados: GABARDO, Emerson; ZOCKUN, Maurício Garcia Pallares (Org.) . O Direito Administrativo do Pós-crise. 1. ed. Curitiba: Ithala, 2021. v. 1. 591p. Capítulos Publicados: GABARDO, Emerson. A eficiência no desenvolvimento do Estado brasileiro: uma questão política e administrativa. In: Thiago Marrara. (Org.). Princípios de Direito Administrativo. 2ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 431-453. GABARDO, Emerson; PHILIPPI, Juliana Horn Machado . Direito à saúde e direito à proteção dos dados pessoais em tempos de pandemia. In: BELLI, Luca; DONEDA, Danilo; HARTMANN, Ivar A.; SARLET, Ingo; ZIGALES, Nicolo. (Org.). Proteção de Dados na América Latina: Covid-19, democracia, inovação e regulação. 1ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2021, v. 1, p. 23-40. GABARDO, Emerson; ROCHA, Igor Gomes . Burocracia e eficiência administrativa. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 2, p. 263-281. GABARDO, Emerson. Subsidiariedade e Poderes Públicos. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin.

(Org.). Direito Constitucional Brasileiro. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 2, p. 282-302. GABARDO, Emerson; MENENGOLA, Everton. La universalización del acceso a internet como presupuesto para la implementación de los procesos administrativos electrónicos. In: CASTILLO, Luis Ferney Moreno; APONTE, William Ivan; VALLE, Vivian Cristina Lima López. (Org.). Tecnología, administración pública y regulación. 1ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, v. , p. 295-316. GABARDO, Emerson; CASIMIRO, Ligia Maria Melo de. El derecho administrativo brasileño y la promoción de los derechos fundamentales sociales. In: RUIZ, María Guadalupe F; LOZANO, Luis Gerardo R.; RODRÍGUEZ, María Salomé M.. (Org.). Administración Pública y Derechos Humanos. 416ed. Ciudad de Mexico: Tirant lo Blanch, 2021, v. 1, p. 339-399. GABARDO, Emerson; SANTOS, Fabio de Sousa. La innovación de la inteligencia artificial en la administración pública brasileña. In: BARRERA, Teresita Rendón Huerta. (Org.). Construyendo una agenda del derecho administrativo en la pospandemia del Covid-19. 1ed. Guanajuato - México: Porrúa, 2021, v. 1, p. 213-224. GABARDO, Emerson; BITENCOURT, Caroline Muller. O mito da subsidiariedade e as reformas do Estado Social: um brainstorm sobre o governo e a administração no Brasil atual. In: NOHARA, Irene Patrícia; SALGADO, Rodrigo Oliveira. (Org.). Gestão Pública, infraestrutura e desenvolvimento. 1ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 31-60.

ENEIDA DESIREE SALGADO

Organização de livro – 2021 • SALGADO, Eneida Desiree; SILVA, D. M. (Org.). Representação política feminina e campanhas eleitorais de mulheres: observações sobre as eleições municipais de 2020 em Curitiba e em Natal. 1. ed. Curitiba: Editora Íthala, 2021. v. 1. 231p. Capítulo de livro - 2021 • SALGADO, Eneida Desiree. O modelo democrático brasileiro, representação política e o desafio dos mandatos coletivos. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro. 2ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1183-1206. ISBN: 9786559916795.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

LUCCHESI, Guilherme Brenner. A cegueira deliberada segundo a jurisprudência brasileira. In: Jacson Zilio; Alexandre Ramalho de Farias; Alexandre Cavalli das Neves; Guilherme Henrique Gonçalves. (Org.). Sistema Penal no Estado Democrático de Direito. 1 ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v. 1, p. 150-167. LUCCHESI, Guilherme Brenner. Medidas assecuratórias patrimoniais: a decretação do "bloqueio" de bens e outras disformidades. In: Antonio Santoro; Diogo Malan; Flávio Mirza. (Org.). Desafiando 80 anos de processo penal autoritário. 1 ed. Belo Horizonte; São Paulo: D'Plácido, 2021, v. 1, p. 335-358. LUCCHESI, Guilherme Brenner. Por uma teoria das medidas cautelares patrimoniais no processopenal. In: Paulo César Busato; Gustavo Britta Scandelari. (Org.). Direito, Universidade e Advocacia: homenagem à obra do Prof. Dr. René Ariel Dotti. 1ed. Curitiba: Gedai, 2021, v. 1, p. 519-537. LUCCHESI, Guilherme Brenner. Trial by media: o advogado e o julgamento no tribunal da opinião pública. In: Felipe Pinto; Leonardo Augusto Marinho Marques; Luciano Santos Lopes. (Org.). O sistema de justiça penal visto por nós advogados. 1ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2021, v. 1, p. 127-133.

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

1. Livro: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; VICENTE, A. E. P. ; SILVA, A. B. ; MARTINS, D. F. W. ; FERREIRA, G. S. ; SOUZA, L. R. ; BARTOLOMEU, P. C. ; APARICIO, S. M. M. ; ROMFELD, V. S. . Criminologias e Políticas Criminais: Letalidades do Sistema Penal. 1. ed. Curitiba: Editora Íthala, 2021. v. 1. 377p. Capítulos de livro: 1. ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; ROMFELD, V. S. . Violência contra as mulheres trans no Brasil: Reflexões a partir do documentário "Indianara". In:

VIVALDO, Belmiro; MELO, Ezilda; ALVES, Miriam Coutinho de Faria.. (Org.). Arte latinoamericana, gênero e direito. 1ªed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. , p. 137-149. 2. ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Hiperencarceramento no Brasil: as múltiplas facetas do anseio punitivo em tempos do coronavírus. In: Katie Silene Cáceres Arguello (coord.); Alana Emanuelle Plucinski Vicente; Amanda Bachmann da Silva; Daniel Fauth Washington Martins; Gabriela Silva Ferreira; Larissa Rahmeier de Souza; Priscilla Conti Bartolomeu; Stephanie Mercedes Meireles Aparício; Victo. (Org.). Criminologias e Políticas Criminais: Letalidades do Sistema Penal. 1ed. Curitiba: Editora Íthala, 2021, v. 1, p. 273-297. 3. MARTINS, D. F. W. ; ARGUELLO, Katie Silene Cáceres ; ROMFELD, V. . Criminologia crítica e racismo: um diálogo necessariamente (in)conclusivo. In: SILVA, Edith Amara Rodrigues da; MUNIZ, Veyzon Campos. (Org.). Direito antirracista e antidiscriminatório. 1ªed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 75-92. 4. FERREIRA, G. S. ; ARGUELLO, Katie Silene Cáceres . Criminologia midiática, pós-verdade e lawfare: desafios para a comunicação crítica da questão criminal. In: Katie Silene Cáceres Arguello (coord.); Alana Emanuelle Plucinski Vicente; Amanda Bachmann da Silva; Daniel Fauth Washington Martins; Gabriela Silva Ferreira; Larissa Rahmeier de Souza; Priscilla Conti Bartolomeu; Stephanie Mercedes Meireles Aparício; Victo. (Org.). Criminologias e Políticas Criminais: Letalidades do Sistema Penal. 1ed. Curitiba: Editora Íthala, 2021, v. 1, p. 148-165.

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Crimes nos confins da expansão portuguesa: direito criminal e punibilidade em Curitiba (1714-1738). IN: GRUNER, Clóvis (org.) História do Crime e da Criminalidade no Paraná. Curitiba: Casa Editora, 2021. PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A força pós-colonial dos intelectuais africanos: de Cheikh Anta Diop a Achille Mbembe. IN: SUASNABAR, Cláudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália Cristina de. Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais, volume 2: educação, intervenções e culturas. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. A etapa intermediária e o juiz de garantias no processo penal brasileiro: um passo importante e insuficiente. In: SANTORO FILHO, A. C.; MALAN, D. R.; MIRZA, F.. (Org.). Desafiando 80 anos de processo penal autoritário. 1ed. São Paulo: D'Plácido, 2021, v. 1, p. 533-558. NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. O princípio da obrigatoriedade da ação processual penal em seu confronto com a realidade: o processo acusatório e os desafios político-criminais. In: MADEIRA, Guilherme; BADARÓ, Gustavo; CRUZ, Rogério Schietti. (Org.). Código de Processo Penal: estudos comemorativos aos 80 anos de vigência.. 1ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 407-416.

PAULO CESAR BUSATO

Capítulos de livros publicados 8. BUSATO, P. C.; BAGGIO, R. T.. A prescrição da pretensão punitiva como excludente do crime e não da pena In: Prescrição penal: temas atuais e controvertidos - doutrina e jurisprudência. Volume 9.. 1ed. Porto Alegre: Aspas, 2021, v. 9, p. 181-194. 9. BUSATO, PAULO CESAR. A reforma pena de 1984 e o autoritarismo próprio do finalismo In: Direito, universidade e a advocacia: uma homenagem à obra do Prof. Dr. René Ariel Dotti. 1ed. Curitiba: GEDAI, 2021, v. 1, p. 409-439. 10. BUSATO, P. C.. Criminal compliance: relevância e riscos In: Lições contemporâneas do direito penal e do processo penal. 1ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v. 1, p. 224-239. 11. BUSATO, P. C.; CESTO, M.. Crítica à organização do trabalho como bem jurídico In: Autoritarismo e Controle Social Punitivo. 142

ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p.121-142.12. BUSATO, P. C. O 'desentranhamento do juiz' In: Lei anticrime: comentários à Lei13.964/2019..2 ed.São Paulo: D'plácido, 2021, v.1, p. 281-294.13. BUSATO, P. C. O Direito penal autoritário de Hans Welzel e sua influência no autoritarismodogmático jurídico-penal brasileiro. In: Autoritarismo e Controle Social Punitivo.1 ed.SãoPaulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 14- 31.14. BUSATO, P. C.. O direito penal autoritário de Hans Welzel e sua influência noautoritarismo dogmático jurídico-penal brasileiro In: Sistema penal no estado democráticode direito: estudos em homenagem aos 30 anos de docência do professor Luiz RenatoSkroch Andretta.1 ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 46-62.Livros organizados4. BUSATO, P. C. (coord.); SA, P. P. (coord.); CESTO, M.; ARRAES, R. P. A.; BUSATO, P.C. Autoritarismo e Controle Social Punitivo. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1. p.186.5. BUSATO, PAULO CESAR; SCANDELARI, G.B.. Direito, universidade e a advocacia: umahomenagem à obra do Prof. Dr. René Ariel Dotti. Curitiba: GEDAI, 2021, v.1. p.819.

SÉRGIO SAID STAUT JUNIOR

Livros publicados/organizados ou edições2. WACHOWICZ, M. (Org.) ; STAUT JUNIOR, S. S. (Org.) ; COSTA, J. A. F. (Org.) ; RIBEIRO, M. C. P. (Org.) . Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do XIV Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. XIV. ed. Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2021. v. 1. 1204p .Capítulos de livros publicados3. STAUT JUNIOR, S. S.. Fontes do direito autoral e das propriedades intelectuais: historicidade, complexidade, democracia e pluralismo jurídico. In: Marcos Wachowicz; Karin Grau-Kuntz. (Org.). Estudos de propriedade intelectual em homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa. 1ed.Curitiba: IODA, 2021, v. 1, p. 427-445.4. STAUT JUNIOR, S. S.; WACHOWICZ, M. . Rumos e desafios para uma funcionalidade dos direitos intelectuais na sociedade informacional. In: Marcos Wachowicz; Marcelle Cortiano. (Org.). Sociedade informacional & propriedade intelectual. 1ed.Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2021, v. 1, p. 13-25.

WALTER GUANDALINI JUNIOR

2021 GUANDALINI JR., Walter. Teoria dos Sistemas Jurídicos. Curitiba, Intersaberes, 2021 (ISBN 978-65-551-7751-0).2021 GUANDALINI JR., Walter. História do Direito Romano. Curitiba, Intersaberes, 2021 (ISBN 978-65-551-7743-5).

Perspectivas da Dogmática Crítica

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

2. GRUPENMACHER, Betina Treiger; MOREIRA, Egon Bockman ; KANAYAMA, Rodrigo Luiz; AGOTTANI, D. Z. . Precatórios. O seu novo regime jurídico. 3. ed. São Paulo: Revista dosTribunais, 2021. v. 1. 314p .GRUPENMACHER, Betina Treiger; UHDRE, D. C. ; FERRAGUT, M. R. ; DIAS, K. J. ;MASCITT, A. ; FELIPE, M. D. A. ; NOLASCO, R. D. ; CUBAS, R. C. ; CASTELLO, M. G. .Imunidade das Instituições filantrópicas às contribuições previdenciárias. In: Glaucia MariaLauletta Frascino; Ariane Costa Guimarães. (Org.). Direito Tributário nos TribunaisSuperiores. 1ed.São Paulo: Almedina, 2021, v. 1, p. 61-82.9. GRUPENMACHER, Betina Treiger; GRUPENAMCHER, F. T. ; ALVES, A. C. M. . ITCMD EBens Localizados no Exterior: Ausência de Lei Complementar, uma discussão sobre osdiferentes cenários possíveis. In: Daniel Zugman; Frederico Bastos; Renato Vilela. (Org.).Planejamento Patrimonial e Sucessório-Controvérsias e Aspectos Práticos. 1ed.BeloHorizonte: Dialética, 2021, v. 1, p. 65-79.10. GRUPENMACHER, Betina Treiger; GRUPENAMCHER, F. T. . Retenção da Participaçãodos Municípios em parcela do ICMS nos casos de isenção fiscal. In: Thomas Bustamante;Marcelo Andarade Cattoni de Oliveira. (Org.). Entre a Justiça e a Segurança Jurídica:Estudos sobre o Direito e a Tributação em Homenagem a Misabel Abreu Machado Derzi.1ed.Belo Horizonte:

Conhecimento, 2021, v. 1, p. 345-354.11. GRUPENMACHER, Betina Treiger; REBOUCAS, B. N. . Atividade de Veiculação de Publicidade e Propaganda: Conflito de Competência entre Estados e Municípios na Cobrança do ICMS e do ISS. In: Daniel Dix Carneiro; Juselder Cordeiro da Mata; Valter Souza Lobato. (Org.). 25 Anos da Lei Kandir- Questões Controversas de ICMS. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2021, v. 1, p. 1-37.12. GRUPENMACHER, Betina Treiger. O Princípio Constitucional da Não-Cumulatividade e os benefícios fiscais. In: Clèmerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro. 2ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. 3, p. 49-65.13. GRUPENMACHER, Betina Treiger. IPTU e ITBI. Capacidade Contributiva e Progressividade. In: Anselmo Zilet Abreu; Carlos Augusto Daniel Neto; Marcio Cesar Costa. (Org.). Direito Constitucional Tributário e Tributação Municipal. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 69-80.14. GRUPENMACHER, Betina Treiger. A Regra-Matriz de Incidência do Imposto Sobre Serviços. In: Paulo de Barros Carvalho. (Org.). Regra-Matriz de Incidência Tributária: Da Teoria à Prática. 1ed. São Paulo: Noeses, 2021, v. 1, p. 195-241.15. GRUPENMACHER, Betina Treiger. Incentivos e Benefícios Fiscais e o Princípio da Capacidade Contributiva. In: Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho; Julio Homen de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD Tel: (41) 3310-2685 <https://ppgd.ufpr.br/ppgdufr@gmail.com> Siqueira; Américo Bedê Júnior; Dauri César Fabriz; Junio Graciano Homen de Siqueira; Ricardo Almagro Vitoriano Cunha. (Org.). Limitações Formais e Materiais ao Poder De Tributar. 1ed. Belo Horizonte: Forum, 2021, v. 1, p. 299-313.16. GRUPENMACHER, Betina Treiger; MIRO, G. A. . A necessidade da incidência de Imposto de Exportação sobre alimentos da cesta básica nacional em Tempos de Pandemia da Covid-19. In: Caio Augusto Takano e Simone Costa Barreto. (Org.). Direito Tributário e Interdisciplinaridade: Homenagem a Paulo Ayres Barreto. 1ed. São Paulo: Noeses, 2021, v.1, p. 27-47.

EGON BOCKMANN MOREIRA

CHUEIRI, V. K. ; MOREIRA, Egon Bockmann ; Camara, H. F. . Fundamentos de direito constitucional brasileiro. Salvador: Juspodivm, 2021. 416 p .MOREIRA, Egon Bockmann; Marques Neto, F. A. ; GUERRA, S. . Dinâmica da regulação: estudo de casos da jurisprudência brasileira. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. 1. 327 p .MOREIRA, Egon Bockmann; GRUPENMACHER, B. T. ; KANAYAMA, R. L. ; AGOTTANI, D. Z. . Precatórios: o seu novo regime jurídico. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2021. v. 1. 314 p .MOREIRA, Egon Bockmann. Contratos de concessão comum: particularidades de sua execução e extinção. In: Diego Jacome Valois TAFUR; Guilherme Jardim JURKSAITIS; Rafael Hamze ISSA. (Org.). Experiências práticas em concessões e PPP. São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 305-330. CUÉLLAR, Leila ; MOREIRA, Egon Bockmann . A negociação pré-contratual na Nova lei geral de licitação e contratos administrativos. In: OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; MARÇAL, Thaís. (Org.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021: nova lei de licitações e contratos administrativos. Salvador: Juspodivm, 2021, v. 1, p. 119-133. MOREIRA, Egon Bockmann; CRUZ, E. S. . O TCU pró-arbitragem: uma análise do caso Libra. In: Luiz Guilherme Marinoni; Cristina Leitão. (Org.). Arbitragem e direito processual. São Paulo: Thomson Reuters/RT, 2021, v. 1, p. 413-426. MOREIRA, Egon Bockmann; CAGGIANO, H. C. . A prorrogação antecipada dos contratos de concessão de ferrovia: análise do julgamento do STF na ADI nº 5.991. In: TOJAL, Sebastião Botto de Barros; SOUZA, Jorge Henrique de Oliveira. (Org.). Direito e infraestrutura: rodovias e ferrovias? 20 anos da Lei nº 10.233/2001. Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 2, p. 45-68. MOREIRA, Egon Bockmann. Direito Econômico: regimes jurídicos, normatividade e fontes. In: CRUZ, A.; FREIRE, A.; TELLES, C.. (Org.). O Direito público por elas: homenagem à Professora

Patrícia Baptista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 183-208. MOREIRA, Egon Bockmann; LOUREIRO, L. G. K. . A privatização de empresas estatais de saneamento: breve estudo do caso Corsan. In: GUIMARÃES, Fernando Vernalha. (Org.). O novo direito do saneamento básico: estudos sobre o novo marco legal do saneamento básico no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 237-261.

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

KOERNER, A. ; TOMIO, F. R. L. . Política e Direito no STF: resultados de pesquisa e problemas para a análise sobre jurisdição constitucional no Brasil. In: Mariana Batista; Ednaldo Ribeiro; Rogério Arantes. (Org.). As teorias e o caso. 1ed. Santo André-SP: EdUFABC, 2021, v. , p. 191-238. <https://books.scielo.org/id/d3r7w> <https://editora.ufabc.edu.br/ciencias-sociais/94-as-teorias-e-o-caso>

HELOISA FERNANDES CAMARA

6. MOREIRA, E. B. ; CHUEIRI, V.K. ; CAMARA, Heloisa Fernandes ; GODOY, MIGUEL GUALANO DE . Fundamentos de Direito Constitucional: novos horizontes. 1. ed. Salvador: Juspodium, 2021. 7. CAMARA, H. F.. Passado, direito e futuro. 1. ed. Curitiba: PET Direito Universidade Federal do Paraná, 2021. 4. GORSODORF, L. F. ; CAMARA, H. F. . Máquina de Ativismos em Direitos Humanos. In: Thaís da Silva Souza; et al. (Org.). Experiências extensionistas 2021/22. 1ed. Curitiba: Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, 2022, v. 1, p. 225-226. 5. CAMARA, Heloisa Fernandes; CHUEIRI, V.K. . Decadência Democrática En Brasil, Poder Judicial Y Juego Duro Constitucional. In: Katya Kozicki, Maria Helena Fonseca Faller. (Org.). Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo XXI. 1ed. Bogotá: Tirant lo Blanch, 2021, v. 1, p. 42-71. 6. GRUPP, G. ; NERONE, H. ; CAMARA, Heloisa Fernandes . Não é crise econômica, é estratégia: a invisibilização do trabalho reprodutivo e a potencialização da vulnerabilidade feminina durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (Orgs.). (Org.). As múltiplas faces do vírus - Gênero e vulnerabilidades. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. 1, p. 240-280. 7. CAMARA, Heloisa Fernandes. Constituição tem Gênero: participação de mulheres na Assembleia Nacional Constituinte. In: Patrícia Pacheco Rodrigues e Samira Rodrigues Pereira Alves (org). (Org.). A Constituição por elas : a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres. 1ed. São Paulo: Universidade Nove de Julho, UNINOVE, 2021, v. 1, p. 56-67. 8. GORSODORF, L. F. ; CAMARA, HELOISA FERNANDES . Máquina de Ativismos em Direitos Humanos. In: Luis Dionízio Bach; Ivanise Rocio Dzieciol; Maria Rita Michalski; Vitor Hugo Gonzales Silva; Thaís Da Silva Souza. (Org.). A Extensão da UFPR Durante a pandemia. 1ed. Curitiba: UFPR, 2021, v. 1, p. 28-28.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

1. VIEIRA, J. R.; VALLE, M. D. T. . Direito Constitucional Tributário Comparado Latino-Americano: Uma Perspectiva Copernicana. DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL, v. 47, p. 298-345, 2021.

MIGUEL GUALANO DE GODOY

Livros GODOY, Miguel Gualano de.. STF E PROCESSO CONSTITUCIONAL: caminhos possíveis entre a ministocracia e o Plenário mudo. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021. CHUEIRI, Vera Karam de ; MOREIRA, Egon Bockman ; CAMARA, H. F. ; GODOY, Miguel Gualano de. . Fundamentos de Direito Constitucional: novos horizontes brasileiros. 1ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. Capítulos GODOY, Miguel Gualano de.. O fio condutor do Ministro

Luiz Edson Fachin. In: Desdêmona T. B. Toledo Arruda; Roberto Dalledone Machado Filho; Christine Oliveira Peter da Silva. (Org.). Ministro Luiz Edson Fachin: cinco anos de Supremo Tribunal Federal. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. , p. 127-137. 4. GODOY, Miguel Gualano de.; MACHADO, Sidnei. O STF e a greve no serviço público: o caso do desconto obrigatório dos dias de greve. In: DUTRA, Renata; MACHADO, Sidnei.. (Org.). O Supremo e a Reforma Trabalhista. 1ed. Porto Alegre: Fi, 2021, v. , p. 219-238. 5. GODOY, Miguel Gualano de.; CHUEIRI, V. K. . A pandemia, o Judiciário e o Executivo: na corda bamba da exceção. In: NETTO, José Laurindo de Souza; GIACOIA, Gilberto; CAMBI, Eduardo A. S.. (Org.). Direito, Justiça & Sociedade: estudos em homenagem à criação da Escola Judicial do Paraná. 1ed. Curitiba: Ed. Clássica, 2021, v. , p. 91-100. 6. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. ; GODOY, Miguel Gualano de. ; BAMBIRRA, Felipe Magalhães ; SOARES, João Pedro Vitral. Sanções civis aplicadas por descumprimento de preceitos eleitorais no direito comparado: Estados Unidos da América. In: Álvaro Ricardo de Souza Cruz; José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior; José Adércio Leite Sampaio. (Org.). As sanções eleitorais em face da Constituição de 1988. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021, v. , p. 45-95. 7. GODOY, Miguel Gualano de.; CHUEIRI, Vera Karam de. (Direito ao) Protesto: promessa e compromisso com o primeiro direito. In: Clémerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro - Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 375-389. 8. GODOY, Miguel Gualano de.; KOZICKI, Katya. A democracia deliberativa para além de John Rawls e Jürgen Habermas e a proposta de Carlos Santiago Nino. In: Clémerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro - Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 1207-1225. 9. GODOY, Miguel Gualano de.. O Ministro Luiz Edson Fachin no STF e o fio condutor de sua atuação. In: José Laurindo de Souza Neto; Gilberto Giacoia; Eduardo Cambi. (Org.). Direito, Educação e Cidadania: estudos em homenagem ao Ministro Luiz Edson Fachin. 1ed. Curitiba: Editora Clássica, 2021, v. , p. 103-114.

RODRIGO LUÍS KANAYAMA

2. KANAYAMA, R. L.; ROBL FILHO, I. N. . Redes Sociais no Brasil e Nudges: Preservando a Liberdade de Expressão e a Democracia. In: SCALET SKY, Felipe Santa Cruz Oliveira; COELHO, Marcus Vinicius Furtado. (Org.). (Org.). Constitucionalismo e Estado Democrático de Direito: Estudos em Homenagem a Paulo Bonavides. 1ed. Brasília: OAB, 2021, v. 1, p. 609-620.

VERA KARAM DE CHUEIRI

2. CHUEIRI, V. K. de; MOREIRA, E. B. ; CAMARA, H. F. ; GODOY, MIGUEL GUALANO DE. Fundamentos de Direito Constitucional. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2021. v. 1. 416p. 3. CHUEIRI, V. K. de; BROOCKE, B. S. V. D. (Org.). Constitucionalismo transformador en América Latina. 1. ed. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021. v. 1. 112p. CHUEIRI, V. K. de. Constitucionalismo, feminismo, jurisdição constitucional e o voto do Ministro Edson Fachin na ADI nº 5.617. O que isso tem a ver com Fanny Wright?. In: Arruda, Desdêmona T. B. Toledo Machado Filho, Roberto Dalledone; Silva, Christine Oliveira Peter da. (Org.). MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN CINCO ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ed. Belo Horizonte: Forum, 2021, v. 1, p. 185-195. 5. CAMARA, H. F. ; CHUEIRI, V. K. de. Decadencia Democrática, Poder Judicial y Juego Duro Constitucional. In: Katya Kozicki; Maria Helena Fonseca Fowler. (Org.). Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo XXI. 1ed. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021, v. 1, p. 42-67. 6. CHUEIRI, V. K. de; MILANI, A. C. . Lucha urbana y democracia radical: perspectivas para un constitucionalismo democrático Katya

Kozicki; Katya Kozicki; Maria Helena Fonseca Faller; Maria Helena Fonseca Faller. Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo X. In: Katya Kozicki; Maria Helena Fonseca Faller. (Org.). SOBERANÍA, CONSTITUCIÓN Y DEMOCRACIA Tensiones y contradicciones en el siglo XXI Katya Kozicki; Katya Kozicki; Maria Helena Fonseca Faller; Maria Helena Fonseca Faller. Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo XXI (l. 1ed. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021, v. 1, p. 150-187.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ADRIANA ESPINDOLA CORREA

4. CORRÊA, A. E.; GEDIEL, J. A. P. Proteção de dados pessoais nos processos migratórios In: Tratado de Proteção de Dados Pessoais. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 605-626. 5. CORRÊA, A. E. Proteção da vida intrauterina e a autonomia reprodutiva das mulheres: paradoxos do debate sobre a constitucionalidade do aborto. In: Direito Constitucional Brasileiro. 2 ed (rev. e ampl.) .São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v.1, p. 528-55

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; TEIXEIRA, A. C. B. . Pacto antenupcial na hermenêutica civil-constitucional. In: Menezes; Cicco; Rodrigues. (Org.). Direito Civil na Legalidade Constitucional. 1ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2021, v. 1, p. 15-38. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; OLIVEIRA, L. Z. . Paradoxos e entre a autonomia e proteção das vulnerabilidades: efeitos jurídicos da união estável entre adolescentes. In: Teixeira; Dalato. (Org.). Autoridade Parental: dilemas e desafios contemporâneos. 2ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2021, v. 1, p. 65-78. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; MASCARENHAS, I. L. . O Processo de consentimento informado e a desnecessidade de termo de consentimento no contexto de cuidados paliativos. Cuidados Paliativos: aspectos jurídicos. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v. 1, p. 91-104. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; CASTRO, I. S. . Responsabilidade Civil dos pais por atos praticados por seus filhos menores de idade. In: Teixeira; Rosenvald; Multedo. (Org.). Responsabilidade Civil e Direito de Família. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v. 1, p. 325-338. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; CAMARA, H. V. F. . Direitos da Personalidade e liberdade de expressão nas redes sociais: atualizando critérios de ponderação. In: Ehrhardt; Albuquerque Lobo; Andrade. (Org.). Liberdade de expressão e relações privadas. 1ed. Belo Horizonte: Forum, 2021, v.1, p. 97-116. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; SIRENA, H. ; LAUAND, T. . O casamento infantil na nova conformação do Código Civil brasileiro. In: Tepedino; Santos; Pereira. (Org.). Direito Civil Constitucional: a construção da legalidade nas relações privadas. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v.1, p. 75-90. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; CLEVE, C. M. . A família na Constituição Federal de 1988: união homoafetiva, adoção e famílias simultâneas. In: Clemerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro. 2ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 798-819. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; CASTRO, I. S. . Convivência familiar na era digital. In: Sanches; Pereira; Dias. (Org.). Direito das Famílias e Sucessões na era digital. 1ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2021, v. 1, p. 285-312. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; HÜMMELGEN, I. . Repercussões da separação de fato no direito sucessório brasileiro. In: Teixeira; Naves. (Org.). Direito das Sucessões: problemas e tendências. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2021, v. 1, p. 23-42.

ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. Comentários à Lei de Execução Penal. 3. ed. Belo Horizonte: Editora CEI, 2021. GIAMBERARDINO, André Ribeiro. Sociocriminologia. 1. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021. 220p. GIAMBERARDINO, André Ribeiro; ACHUTTI, D.; PALLAMOLLA, R. . Penal Abolitionism and Restorative Justice in Brazil: Towards a Transformative Justice Model?. In: Michael Coyle; David Scott. (Org.). The Routledge International Handbook of Penal Abolition. 1ed.London: Routledge, 2021, v. 1, p. 312-322.

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

1. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; SILVA, C. O. P.; FACHIN, M.G. Constitucionalismo Feminista. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021, v.01. Palavras-chave: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Constitucionalismo Feminista. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 97985347598222. SILVA, C. O. P.; BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista: Expressão de Políticas Públicas voltadas à igualdade de gênero. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021, v.02. Palavras-chave: Constitucionalismo Feminista, Direito Constitucional. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 97985347590514. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; FACHIN, Melina Girardi. Asking “The Woman Question”: Judicial Recognition of the Right to Abortion in Brazil In: The Unwritten Brazilian Constitution Human Rights in the Supremo Tribunal Federal. 1 ed. Maryland: Lexington Books, 2021, v.1, p. 100-120. Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal, Constitucionalismo Feminista. Áreas do conhecimento: Direito Constitucional. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9781793623690, Home page: <https://rowman.com/ISBN/9781793623706/The-Unwritten-Brazilian-Constitution-Human-Rights-in-the-Supremo-Tribunal-Federal>5. MACEDO, JOSÉ ARTHUR CASTILLO DE; BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ. FEDERAÇÃO BRASILEIRA: DESIGN CONSTITUCIONAL E CENTRALIZAÇÃO In: LE AUTONOMIE SPECIALI NELLA PROSPETTIVA DEL REGIONALISMO DIFFERENZIATO. 1 ed. Napoli: Editoriale Scientifica, 2021, v.01, p. 313-334. Palavras-chave: federalismo. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 07912597608766. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ; TOMAZONI, L. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL FEMINISTA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.. In: A Constituição por elas : a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres. 1 ed. São Paulo: Uninove, 2021, v.1, p. 294-304. Palavras-chave: Constitucionalismo Feminista, Igualdade de Gênero, Jurisdição Constitucional. Áreas do conhecimento: Direito Constitucional. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9786599038167, Home page: https://docs.uninove.br/arte/email/img/2021/out/livro_a_constituicao.pdf7. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; SOUZA, C.B.M. Las competencias constitucionales del presidente utilizadas contra el pluralismo político: ¿la democracia brasileña está en descenso? In: Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo XXI. 1 ed. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021, v.1, p. 100-131. Palavras-chave: Crise da democracia, autoritarismo, Constitucionalismo abusivo. Áreas do conhecimento: Direito Constitucional. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9788413783178, Home page: <https://editorial.tirant.com/co/libro/soberania-constitucion-y-democracia-tensiones-y-contradicciones-en-el-siglo-xxi-katya-kozicki-97884137831618>. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; SOUZA, C.B.M.; INOMATA, A.; STRAPASSON, K.M.; FRANCISCO, GUILHERME OZÓRIO SANTANDER; R.M. Penteado O direito e o dever de votar: análise da (in)constitucionalidade do art. 7 do código eleitoral e propostas de instrumentos efetivos de estímulo ao voto In: Sistematização das normas eleitorais [recurso eletrônico] : eixo temático I :

direitos políticos e temas correlatos. – Dados eletrônicos (271 páginas)..1 ed.Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, v.II, p. 72-98.Palavras-chave: eleitoral, votoÁreas do conhecimento: Direito Constitucional,direito eleitoralReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9786587461243, Home page: https://www.tse.jus.br/legislacao/sne/arquivos/volume-2-colecao-sne-2/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/legislacao/sne/arquivos/volume-2-colecao-sne-2/at_download/file9. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; BUSS, G.O papel da jurisdição constitucional na proteção dos direitos sociais no Brasil..... In: ULTRA CONSTITUCIONAL Y DERECHO VIVIENTE Escritos en honor al profesor Roberto Romboli.1 ed.Lima: TRIBUNAL CONSTITUCIONAL CENTRO DE ESTUDIOS CONSTITUCIONALES, 2021, v.1, p. 761-784.Palavras-chave: direitos sociais, Jurisdição Constitucional, Direitos FundamentaisÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786124464096, Home page: <https://www.tc.gob.pe/wp-content/uploads/2021/11/Cultura-constitucional...TOMO-I-Baja.pdf>10. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ; FACHIN, M.G.OS DEBATES JUDICIAIS DO DIREITO AO ABORTO NO BRASIL: JULGANDO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO? In: A Constituição por elas : a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres.1 ed.São Paulo: Uninove, 2021, v.1, p. 1366-1382.Palavras-chave: Constitucionalismo Feminista, Igualdade de Gênero, Jurisdição ConstitucionalÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9786599038167, Home page: https://docs.uninove.br/arte/email/img/2021/out/livro_a_constituicao.pdf11. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ; BUSS, G.Os limites à discricionariedade na implementação dos Direitos Sociais e a questão da sua justiciabilidade no Brasil In: Erosão Democrática e Riscos aos direitos sociais na América Latina.1 ed.Curitiba: Instituto Memória, 2021, v.1, p. 34-56.Palavras-chave: direitos sociais, Jurisdição ConstitucionalÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788555234057

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

ROBL FILHO, ILTON NORBERTO Conselho Nacional de Justiça: controle (accountability) judicial In: Direito Constitucional Brasileiro - Organização dos Estados e dos Poderes - volume 2 - 2ª Edicã.2 ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v.2, p. 917-930.ROBL FILHO, I. N.; MARRAFON, M. A. Diálogo Competitivo In: A Nova Lei de Licitações.1 ed.São Paulo: Almedina, 2021, v.1, p. 187-202.ROBL FILHO, ILTON NORBERTO; MARRAFON, MARCO AURÉLIO Direito Fundamental à Segurança Jurídica: Estrutura Constitucional, Fundamentos e Aplicação Prática In: Segurança Jurídica e Estado de Direito.1 ed.Curitiba: Juruá, 2021, p. 401-408.KANAYAMA, R. L.; ROBL FILHO, I. N. Redes Sociais no Brasil e Nudges: Preservando a Liberdade de Expressão e a Democracia In: Constitucionalismo e Estado Democrático de Direito: Estudos em Homenagem a Paulo Bonavides.1 ed.Brasília: OAB Editora, 2021, p. 609-620.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

LIVROSANTOS, Eliete Virgínia dos; ANDRADE, Jaqueline Pereira; SANTOS, Judite Elaine; SILVA, Karen Gabriela dos Santos; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; PIVATO, Luciana Cristina Furquim; SILVA, Renata Caroline da; SANTOS, Selma de Fátima. Aline Maria: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica: semente germinada no solo fértil da luta (Coords.). Curitiba: Terra de Direitos, 2021.CAPÍTULOS DE LIVROSKATYA REGINA ISAGUIRRE-

TORRES; ANDRADE, J. P. Aline Maria: a pesquisadora extensionista do Ekoa In: Aline Maria: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica - semente germinada no solo fértil da luta.1 ed.Curitiba: Terra de Direitos; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 2021, v.1, p. 159-162. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786599254147, Home page: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Livro-Aline---web.pdf>KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; SILVA, A. M. S. Gênero e agroecologia: a importância das mulheres do campo, das águas e das florestas para a produção de alimentos saudáveis In: Aline Maria: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica - semente germinada no solo fértil da luta.1 ed.Curitiba: Terra de Direitos; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 2021, v.1, p. 199-218. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786599254147, Home page: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Livro-Aline---web.pdf> Artigo publicado no ano de 2020. Referência completa da primeira publicação: ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; SILVA, Aline Maria dos Santos. Gênero e Agroecologia: A Importância das Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas para a Produção de Alimentos Saudáveis. In: Ana Cristina Aguilar Viana; Bárbara Mendonça Bertotti; Julia Heliodoro Souza Gitirana; Letícia Regina Camargo Kreuz; Tailaine Cristina Costa. (Orgs.). Pesquisa, gênero & diversidade: memórias do III Encontro de Pesquisa por/de/sobre Mulheres. 1ªed.Curitiba: Editora Íthala Ltda., 2020, v. 2, p. 339-355. A republicação se deu tendo em vista o falecimento da segunda autora e da reunião de seus textos e artigos em um livro em sua homenagem, popularizando o conhecimento da produção da autora Aline Maria dos Santos Silva.KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES Mulheres na agroecologia: a importância das práticas comunitárias para a crise do cuidado In: As múltiplas faces do vírus: gênero e vulnerabilidades.1 ed.Porto Alegre: FI, 2021, v.1, p. 500-530. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786559171, Home page: <https://www.editorafi.org/130mulheres>SILVA, A. M. S.; KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES Resistência e desafios do direito de produzir alimentos agroecológicos em tempos de pulverização aérea In: Aline Maria: uma construção de vida feminista, popular e agroecológica - semente germinada no solo fértil da luta.1 ed.Curitiba: Terra de Direitos; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 2021, v.1, p. 178-198. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786599254147, Home page: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Livro-Aline---web.pdf> Artigo já publicado no ano de 2020. Referência completa: SILVA, Aline Maria dos Santos; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. Resistência e desafios ao direito de produzir alimentos agroecológicos em tempos de pulverização aérea. In: Amanda Ferraz da Silveira; Aníbal Alejandro Rojas Hernandez; Heline Sivini Ferreira; Liana Amin Lima da Silva. (Org.). Natureza, povos e sociedade de risco. 1ed.Curitiba: CEPEDIS - Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental, 2020, v. III, p. 245-266. A republicação se deu tendo em vista o falecimento da primeira autora e da reunião de seus textos e artigos em um livro em sua homenagem, popularizando o conhecimento da produção da autora Aline Maria dos Santos Silva.KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES Sistemas de certificação agroecológica In: Dicionário de Agroecologia e educação.1 ed.Rio de Janeiro: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 701-705. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786558910374, Home page: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdfALMEIDA, G. H.; KATYA REGINA ISAGUIRRE TORRES Territorialidade cabocla e desenvolvimento na perspectiva da justiça socioambiental In: Rede contestado de educação, ciência e tecnologia

2.1 ed. Ponta Grossa: Atena, 2021, v.1, p. 289-299. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9786559833757, Home page: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/4310KATYA>
REGINA ISAGUIRRE TORRES Título VIII - Da Seguridade Social In: Comentários críticos à Constituição da República Federativa do Brasil. 1 ed. São Paulo: Jandaíra, 2021, p. 318-319. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9786587113432

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Capítulos de livros publicados 8. RAMINA, Larissa. Quando a Parcialidade- Perversidade do Sistema de Justiça Abre Caminho para a Violação do Direito Internacional: um Ensaio sobre a Responsabilidade Internacional dos Estados Unidos. In: Lenio Luiz Streck, Carol Proner, Marco Aurélio de Carvalho, Fabiano Silva dos Santos (orgs.). (Org.). O Livro das Parcialidades. 1ed. Rio de Janeiro: Telha, 2021, v. , p. 160-169. 9. RAMINA, Larissa; RICOBOM, Gisele . Perspectivas críticas del Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos. In: BAENA, Jesús Delgado; CARBALLIDO, Manuel Gándara; ROBLES, Vicente Barragán. (Org.). La necesaria (re)invención de los Derechos Humanos. 1ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2021, v. , p. 425-438. 10. RAMINA, Larissa. Os crimes internacionais cometidos durante a Pandemia de Covid-19 no Brasil e o papel da litigância estratégica internacional. In: Cristiane Brandão Augusto; João Ricardo Dornelles; Rogerio Dutra dos Santos; Wilson Ramos Filho. (Org.). NOVAS DIREITAS E GENOCÍDIO NO BRASIL pandemias e pandemônio ? vol. II. 1ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v. II, p. 347-356. 11. RAMINA, Larissa. Raul Fernandes: contribuições para uma possível "Escola Brasileira de Direito Internacional". In: GALINDO, George Rodrigo Bandeira. (Org.). Direito Internacional no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. , p. 419-451. 12. RAMINA, Larissa; RICOBOM, Gisele . El rol de la Organización de los Estados Americanos en las elecciones de 2019 en Bolivia. In: Adoración Guamán ; Carol Proner ; Gisele Ricobom. (Org.). Lex mercatoria, derechos humanos y democracia : un estudio del neoliberalismo autoritario y las resistencias en América Latina. 1ed. Ciudad Autónoma Buenos Aires: CLACSO, 2021, v. 1, p. 275-284. 13. RAMINA, Larissa; FRIEDRICH, Tatyana Scheila . A Declaração Universal dos Direitos Humanos e seus Vícios de Origem. In: Instituto Ensaio Aberto; Instituto Joaquín Herrera Flores. (Org.). Pensamento Crítico: Direitos humanos na perspectiva intercultural. 1ed. Rio de Janeiro: Ensaio Aberto, 2021, v. 1, p. 213-218.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

6. MELO, E. (Org.) ; SERAU JUNIOR, M. A. (Org.) . PLURALIDADES DO SENTIR: ARTESPLÁSTICAS, DANÇA E TEATRO NO DIREITO BRASILEIRO. 1. ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021. v. 1. 488p. 7. SERAU JUNIOR, M. A.. Comentários ao novo regulamento da Previdência Social. 1. ed. Belo Horizonte: Paideia Jurídica, 2021. 245p. 8. SERAU JUNIOR, M. A.. Auxílio Emergencial. 1. ed. Belo Horizonte: IEPREV EDITORA, 2021. 107p. 9. SERAU JUNIOR, M. A.; PETRY, J. D. (Org.) ; SOUZA, L. R. (Org.) ; CIDRAL, V. A. G. (Org.) . Assédio moral e sexual no trabalho: comentários à convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). 1. ed. Belo Horizonte: IEPREV EDITORA, 2021. v. 1. 464p. 10. SERAU JUNIOR, M. A.; ROSENTHAL, B. (Org.) . Direito do Trabalho - impactos da pandemia, reforma trabalhista e outras atualidades. 1. ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021. v. 1. 525p. 11. FERNANDES, A. P. (Org.) ; SANTOS, R. C. (Org.) ; SERAU JUNIOR, M. A. (Org.) . Revisão da Vida Toda. 1. ed. Belo Horizonte: Editora IEPREV, 2021. v. 1. 104p. 12. FERNANDES, A. P. (Org.) ; SERAU JUNIOR, M. A. (Org.) ; SANTOS, R. C. (Org.) . Novaperspectiva no Direito Previdenciário. 1. ed. Belo Horizonte: IEPREV EDITORA, 2021. v. 1. 436p. 13. SERAU JUNIOR, M. A.; CAETANO COSTA, J. R. . Comentários à Lei Orgânica de Assistência Social - Lei 8742/1993. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2021. v. 1. 220p. 10. SERAU JUNIOR,

M. A.; BAZILIO, I. S. ; SANTOS, L. M. G. . REVISITANDO O TEMA DA DESPROTEÇÃO SALARIAL NO AFASTAMENTO DO TRABALHO PREVISTO NA LEI MARIA DAPENHA. In: MELO, Ezilda. (Org.). Maternidade no Direito Brasileiro: padecer no machismo. 1ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 266-280. 11. SERAU JUNIOR, M. A.; LAVEZZO, Y. M. C. . RETRATOS PLURAIS E CONTEMPORÂNEOS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: ENSAIO A PARTIR DE ?OPERÁRIOS? DE TARSILA DO AMARAL. In: MELO, Ezilda; SERAU JR., Marco Aurélio. (Org.). PLURALIDADES DO SENTIR: ARTES PLÁSTICAS, DANÇA E TEATRO NO DIREITO BRASILEIRO. 1ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. 1, p. 315-322. 12. SERAU JUNIOR, M. A.. Atividade especial do motorista profissional: direito à aposentadoria especial e à conversão do tempo de trabalho. In: PASSOS, André; PASSOS, Edésio; NICOLADELI, Sandro Lunard. (Org.). Motorista Profissional. 4ed. São Paulo: LTr, 2021, v. 1, p. 317-326. 13. SERAU JUNIOR, M. A.; DONOSO, Denis . CONTAGEM DE PRAZOS NOS JUÍZADOS ESPECIAIS EM DIAS ÚTEIS OU DIAS CORRIDOS. IMPRESSÕES DO ART. 12-A DA LEI 9.099/95. In: MEDEIROS NETO, Elias Marques de; MARCATO, Ana Cândida Menezes; CASTRO, Daniel Penteado de; TARTUCE, Fernanda; COELHO, Glaucia Mara; BARIONI, Rodrigo; AMENDOEIRA JR., Sidnei. (Org.). Reflexões sobre os Cinco Anos de Vigência do Código de Processo Civil de 2015: Estudos dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo - Ceapro. 1ed. São Paulo: OAB São Paulo, 2021, v. 1, p. 332-344. 14. SERAU JUNIOR, M. A.; COSTA, José Ricardo Caetano . REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEGURIDADE SOCIAL: UM VISÍVEL RETROCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PREVIDENCIÁRIAS. In: CAETANO COSTA, José Ricardo; PASE, Hemerson Luiz. (Org.). A SEGURIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ORDEM NEOLIBERAL. 1ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2021, v. , p. 208-218. 15. SERAU JUNIOR, M. A.. Tema 1.102 da Repercussão Geral (Revisão da Vida Toda) e o Uso Randômico da Ofensa Reflexa à Constituição. In: FERNANDES, Ana Paula; SANTOS, Roberto de Carvalho; SERAU JR., Marco Aurélio. (Org.). Revisão da Vida Toda. 1ed. Belo Horizonte: Editora IEPREV, 2021, v. 1, p. 92-103. 16. SERAU JUNIOR, M. A.. Nova Previdência, o que esperar?. In: SERAU JR., Marco Aurélio; SANTOS, Roberto de Carvalho; FERNANDES, Ana Paula. (Org.). Nova perspectiva no Direito Previdenciário. 1ed. Belo Horizonte: IEPREV EDITORA, 2021, v. 1, p. 69-82. 17. SERAU JUNIOR, M. A.; BASTOS, A. L. H. . Direito Previdenciário e Cinema: as questões subjacentes à narrativa do filme "Polar". In: PASSOS, Fábio Luiz dos; TRICHES, Alexandre Schumacher; FOLMANN, Melissa. (Org.). A Previdência nas Artes - dilemas da Seguridade Social refletidos em produções artísticas. 1ed. Curitiba: Alteridade, 2021, v. 1, p. 121-141. 18. SERAU JUNIOR, M. A.; MAXIMILIANO, A. M. . O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CONTEXTO DO TELETRABALHO SOB A LENTE DO DIREITO CONSTITUCIONAL. In: Alberto Nemer et al. (Org.). Coleção direito material e processual do trabalho constitucionalizados: meio ambiente do trabalho. 1ed. São Paulo: Lex Editora, 2021, v. 3, p. 457-474.

MELINA GIRARDI FACHIN

CONCI, L. G. A.; FACHIN, Melina Girardi Erosão Democrática e Riscos aos Direitos Sociais na América Latina. Curitiba: Instituto Memória, 2021, v.1. p.280. RAMOS, C. M. V.; PIOVESAN, F.; FACHIN, Melina Girardi A escolha da mulher latino-americana: comentários sobre o aborto no contexto interamericano de defesa dos direitos humanos In: ANUARIO DE DERECHO CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANO. 1 ed. Colombia: Temis, 2021, v.1, p. 485-502. MARQUES, J. F.; FACHIN, Melina Girardi CASAMENTOS PRECOCES E HIPERVULNERABILIDADES FEMININAS In: Direitos Fundamentais das mulheres no período pandêmico. 1 ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v.1, p. 1-11. FACHIN, Melina Girardi Comparative Law and Multicultural Legal Classes In: Current Trends in Comparative Law. 1 ed. Belo Horizonte: Arraes,

2021, v.1, p. 355-375. FACHIN, Melina Girardi Comparative Law and Multicultural Legal Classes In: E-book Current Trends in Comparative Law.1 ed.Belo Horizonte: Arraes, 2021, v.1, p. 355-375. NOWAK, B.; FACHIN, Melina GirardiDEMOCRACIAS EN PELIGRO: ¿SON LOS DIÁLOGOS JUDICIALES MEDIOS PARA REFRENAR RETROCESOS EN LATINOAMÉRICA? In: La democracia y los derechos humanos bajo amenaza: defensas dialógicas.1 ed.Bogotá: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 59-82. NOWAK, B.; FACHIN, Melina GirardiDEMOCRACIAS EN PELIGRO: ¿SON LOS DIÁLOGOS JUDICIALES MEDIOS PARA REFRENAR RETROCESOS EN LATINOAMÉRICA? In: La democracia y los derechos humanos bajo amenaza: defensas dialógicas.1 ed.Bogotá: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 59-82. FACHIN, Melina Girardi Derecho a defender derechos humanos: enseñanzas a partir del caso Escaleras Mejía vs. Honduras [2018] In: Los Derechos Fundamentales en el siglo XXI - tomo IV el estudio regional De Los Derechos Fundamentales Estudios de casos líderes interamericanos.1 ed.Ciudad de Mexico: Tirant Lo Blanch, 2021, v.XX, p. 219-254. OLSEN, A. C. L.; FACHIN, Melina GirardiDIÁLOGO JUDICIAL COOPERATIVO EN EL IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS In: La democracia y los derechos humanos bajo amenaza: defensas dialógicas.1 ed.Bogotá: Tirant Lo Blanche, 2021, v.1, p. 15-58. OLSEN, A. C. L.; FACHIN, Melina GirardiDIÁLOGO JUDICIAL COOPERATIVO EN EL IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS In: La democracia y los derechos humanos bajo amenaza: defensas dialógicas.1 ed.Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021, v.1, p. 15-58. NOWAK, B.; FACHIN, Melina GirardiDIÁLOGOS EM DIVERSIDADE: O QUE PODEMOS APRENDER COM O CASO VALLIANATOS E OUTROS V. GRÉCIA? In: Corte Europeia de Direitos Humanos.1 ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 1-1. NOWAK, B.; FACHIN, Melina GirardiDIÁLOGOS EM DIVERSIDADE: O QUE PODEMOS APRENDER COM O CASO VALLIANATOS E OUTROS V. GRÉCIA? In: Corte Europeia de Direitos Humanos.1 ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 1-1. BOLZANI, G. F.; FACHIN, MELINA GIRARDIDireitos Humanos e ESG: Para além do S In: ESG O Cisne Verde e o Capitalismo de Stakeholder - a tríade regenerativa do futuro global.1 ed.Thonsom Reuters: São Paulo, 2021, v.1, p. 211-225. FERREIRA, G. P.; FACHIN, Melina Girardi“Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus Familiares vs. Brasil” - Quatro presenças e uma ausência In: FEMINISMO INTERAMERICANO: EXPOSIÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DOS CASOS DE GÊNERO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (NIDH - UFRJ Livro 1).1 ed.Kindle: E-book Kindle, 2021, v.1, p. 0-0. FACHIN, Melina Girardi Globalização Econômica e a Fragmentação Internacional dos Direitos Humanos In: Direito Constitucional Brasileiro: teoria da constituição e direitos fundamentais.2 ed.São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v.1, p. 217-235. FACHIN, Melina Girardi; BARWINSKI, S. L. L. B.Mulheres agredidas e acesso à justiça: a competência híbrida dos juizados de violência doméstica e familiar In: Acesso à Justiça nas Américas.1 ed.Rio de Janeiro: Forum Justiça, 2021, v.1, p. 207-234. FACHIN, Melina Girardi O Desenvolvimento Humano como Objetivo Fundamental da República Federativa do Brasil In: Direito Constitucional Brasileiro - teoria da constituição e direitos fundamentais.1 ed.São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v.1, p. 277-301. FACHIN, MELINA GIRARDI; SAKANO, S. R.O PANDEMÔNIO POPULISTA E O OCASO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: PANDEMIA E VULNERABILIDADES INDÍGENAS In: Erosão democrática e riscos aos direitos sociais na América Latina..1 ed.Curitiba: Instituto Memória, 2021, v.1, p. 000-000. FACHIN, Melina Girardi; CASTRO, A. B.O Sistema de Direitos Humanos e a Ausência do Controle de Convencionalidade: uma análise a partir do sistema italiano In: Direito, Justiça e Sociedade: estudos em homenagem à criação da Escola Judicial do Paraná.1 ed.Curitiba: Clássica, 2021, p. 641-658. BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina GirardiOs debates judiciais do direito ao

aborto no Brasil: julgando com perspectiva de gênero In: A Constituição por Elas. 1 ed. São Paulo: Uninove, 2021, v.1, p. 1366-1382. FACHIN, Melina Girardi Pobreza, periferia e direitos humanos: um olhar desde abaixo In: PERIFERIE E DIRITTI FONDAMENTALI. 1 ed. Napoli: Editoriale Scientifica, 2021, v.1, p. 339-356. GONÇALVES, Marcos Alberto Rocha; FACHIN, Melina Girardi Por que as forças armadas enviam militares transgêneros para a reserva ou não os aprovam na etapa inicial de ingresso? In: Gênero, Vulnerabilidade e Autonomia. 2a ed. Iguatuba: Foco, 2021, v.1, p. 289-304. CAMBI, E.; PORTO, L. A.; FACHIN, Melina Girardi PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA NA PANDEMIA DA COVID-19 In: Teorias da Justiça - Justiça e Exclusão. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2021, v.1, p. 121-140. CAMBI, E.; PORTO, L. A.; FACHIN, Melina Girardi Proteção do Direito à Vida na Pandemia da COVID-19 In: Teorias da Justiça: justiça e exclusão. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2021, v.1, p. 121-140. FACHIN, Melina Girardi; LU, K. Reconhecimento judicial do direito à interrupção voluntária da gravidez: Entre o direito que pune e o direito que emancipa In: MULHERES E JUSTIÇA: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ESCRITOS POR ELAS. 1 ed. Salvador: Juspodium, 2021, v.1, p. 577-604. CAMBI, E.; PORTO, L. A.; FACHIN, Melina Girardi; FOGACA, A. R. SOCIEDADE ABERTA E DIALÓGICA AOS DIREITOS HUMANOS: O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PENSADO A PARTIR E PARA A COMUNIDADE In: DIREITO, EDUCAÇÃO & CIDADANIA – Estudos em homenagem ao Ministro Edson Fachin. 1 ed. Curitiba: Clássica, 2021, v.1, p. 977-992.

RUI CARLO DISSENHA

3. DISSENHA, R. C.; TORTA, G. . O perdimento de bens da criminalidade organizada no ordenamento brasileiro. In: Maria Immordino; Nicola Gullo. (Org.). DIRITTO AMMINISTRATIVO E MISURE DI PREVENZIONE DELLA CRIMINALITÀ ORGANIZZATA. 1 ed. Napoli: Editoriale Scientifica slr, 2021, v. 1, p. 265-302.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

1) FRIEDRICH, T. S.; RAMOS, A. C. (Org.) ; MOREIRA, T. O. (Org.) ; GONZALEZ, I. B. (Org.) ; ALVES, F. G. (Org.) ; VEDOVATO, L. R. (Org.) . Direitos Humanos dos Migrantes e Pandemia. 1. ed. Curitiba: Instituto Memória Editora, 2021. v. 1. 640p .3) PISSAIA, E. ; FRIEDRICH, T. S. . DIREITOS CULTURAIS E SECURITIZAÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE DIREITO, ARTES PLÁSTICAS BRASILEIRAS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, ATRAVÉS DA OBRA DE TOMIE OHTAKE, VIK MUNIZ E EDUARDO COBRA. In: Ezilda Melo; Marco Aurélio Serau Júnior. (Org.). Pluralidades do Sentir: Artes Plásticas, Dança e Teatro no Direito Brasileiro. 1 ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, v. , p. 179-192.4) FRIEDRICH, TATYANA SCHEILA; CRUZ, T. V . O Caso Haya de la Torre e o Julgamento de pela Corte Internacional de Justiça: Reflexões sobre o instituto do asilo e implicações do julgamento. In: TATIANA CARDOSO SQUEFF. (Org.). ASILO POLÍTICO: DISCUSSÕES TEÓRICAS E CASOS EMBLEMÁTICOS. 1 ed. Londrina: Thoth Editora, 2021, v. , p. 151-170.5) FRIEDRICH, T. S.. Direito dos Migrantes e dos Refugiados no Brasil: acesso à cidadania e reconhecimento de competências. In: Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes; Priscila Moreto de Paula. (Org.). Migrantes e Refugiados: Uma aproximação baseada na Centralidade do Trabalho e na Justiça Social. 1 ed. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2021, v. 1, p. 163-178.6) FRIEDRICH, T. S.. A Universidade como "um espaço seguro para se expressar": a Universidade Federal do Paraná e seus projetos voltados a migrantes humanitários e refugiados. In: Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes; Priscila Moreto de Paula. (Org.). Migrantes e Refugiados: Uma aproximação baseada na Centralidade do Trabalho e na Justiça Social. 1 ed. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2021, v. 1, p. 459-480.7) FRIEDRICH, T. S.; RUANO, B. ; CURSINO, C. A. ; LUBKE, L. ; MELO-PFEIFER, S. M. M. ; CRUZ, T. V ;

ABREU-E-LIMA, L. M. . Será que a pandemia levou embora? O direito à educação de crianças migrantes e refugiadas. Uma análise multidisciplinar sobre os desafios da sua realização. In: Iker Barbero González; Fabrício Germano Alves; Luís Renato Vedovato. (Org.). Direitos Humanos dos Migrantes e Pandemia. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora, 2021, v. 1, p. 98-127.8) Tatyana Scheila Friedrich. Parte especial do direito internacional privado brasileiro e teoria crítica: notas introdutórias. In: Jesús Delgado Baena; Manuel Gándara Carballido; Vicente Barragán Robles. (Org.). La necesaria (re)invencion de los Derechos Humanos. 1ed.Espanha: Editora Tirant lo Blanch, 2021, v. , p. 341-372.9) Tatyana Scheila Friedrich; DODE JR., H. C. . Os entraves para evolução do processo de integração: Avanços e limites na defesa dos direitos dos consumidores no MERCOSUL. In: Claudia Lima Marques; Luciane Klein Vieira; Sergio Sebastián Barocelli. (Org.). Los 30 años del MERCOSUR: avances, retrocesos y desafíos en materia de protección al consumidor. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 1-10) FRIEDRICH, T. S.; AKMINASI, K. . A convenção 190 da OIT sobre violência e assédio no trabalho e os estereótipos de gênero, as múltiplas e interseccionais formas de discriminação e o abuso das relações de poder por razão de gênero. a situação das mulheres muçulmanas e a Islamofobia. In: Alexandre Godoy Dotta. (Org.). Direito, Diversidade Sexual e Relações de gênero.. 1ed.Curitiba: GRD, 2021, v. 1, p. 49-56.11) Tatyana Scheila Friedrich; PISSAIA, E. . Direitos culturais e securitização: diálogos entre direito, artes plásticas brasileiras e migrações internacionais, através da obra de Tomie Ohtake, Vik Muniz e Eduardo Kobra. In: Alexandre Godoy Dotta. (Org.). Direito, educação e democracia. 1ed.Curitiba: GRD, 2021, v. 1, p. 33-52.12) RAGNINI, E. C. S. ; FRIEDRICH, TATYANA SCHEILA . ?Mulheres Regulamentadas, Cidadania Condicionada?: o olhar sobre a situação das mulheres migrantes durante a pandemia da Covid 19 a partir da atuação do projeto AMMAR-UFPR (Aliança Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas). In: Bárbara Mendonça Bertotti; Júlia Heliodoro Souza Gitirana; Letícia Regina Camargo Kreuz; Priscilla Conti Bartolomeu. (Org.). s múltiplas faces do vírus: gênero e vulnerabilidades. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. 1, p. 241-374.13) FRIEDRICH, TATYANA; DODE JR., H. C. . REFUGIADOS, PANDEMIA DA COVID-19 E SECURITIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS: UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE A REALIDADE MUNDIAL E BRASILEIRA. In: André de Carvalho Ramos; Gilberto M. A. Rodrigues; Guilherme Assis de Almeida. (Org.). livro ?70 Anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951-2021): Perspectivas de Futuro. 1ed.Brasília: ACNUR, 2021, v. 1, p. 408-434.14) Tatyana Friedrich. Migration and Refugee Law in Brazil: access to citizenship and recognition of diplomas and qualifications. In: Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Priscila Moreto de Paula.. (Org.). Migrantsand Refugees: An approach based on the centrality of work and social justice. 1ed.Brasília: MPT, 2021, v. 1, p. 157-170.

TAYSA SCHIOCCHET

Capítulos de livros publicados4. SCHIOCCHET, T.; CASTILHO, N.Desafios à Implantação do Ensino Jurídico Clínico: a Relação entre Pesquisa e Extensão a partir da Experiência da Clínica de Direitos Humanos da UFPR In: Clínicas jurídicas no Brasil.1 ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. 75-85. SCHIOCCHET, T.; BARBOSA, A. S.Tutela do direito à intimidade de adolescentes nas consultas médicas In: Autoridade Parental: dilemas e desafios contemporâneos.2 ed.: Editora Foco, 2021, p. 207-232.Livros organizados6. SCHIOCCHET, T.; SANTORO, A. E. R.; MADURO, F. M.; GARRIDO, R. G.Direito Penal e Criminologia: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021 p.512.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito insurgente: para uma crítica marxista ao direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. v. 1. 292p. PAZELLO, Ricardo Prestes; PRADO, Ana Beatriz Castro do (Org.). MAJUP Isabel da Silva, 20 anos de assessoria jurídica popular. 1. ed. Curitiba: MAJUP Isabel da Silva/UFPR; Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2021. v. 1. 115p. PAZELLO, Ricardo Prestes. Formas rígidas e flexíveis em movimento de ascensão e queda: direito e Estado sob a leitura de Marx a propósito da Comuna de Paris. In: Carla Benitez Martins, Flávio Roberto Batista e Gustavo Seferian. (Org.). Comuna de Paris, estado e direito. 1ed. Belo Horizonte: RTM, 2021, v. , p. 201-224. PAZELLO, Ricardo Prestes. Jardín colgante entre dos cielos: un ensayo sobre el estado del arte de la relación entre marxismo y derecho en Brasil, hoy. In: Víctor Romero Escalante. (Org.). Marxismo y derecho: obras escogidas. 1ed. México, D.F.: Ladrone de Leña, 2021, v. , p. 23-55. PAZELLO, Ricardo Prestes. O campo da antropologia jurídica: sua consolidação. In: Pietro Nardella-Dellova. (Org.). Direito, mito e sociedade: estudos antropológicos e sociológicos do fenômeno jurídico. 1ed. São Paulo: Scortecci, 2021, v. , p. 163-176. PAZELLO, Ricardo Prestes. Uma introdução à assessoria jurídica popular. In: Ricardo Prestes Pazello; Ana Beatriz Castro do Prado. (Org.). MAJUP Isabel da Silva, 20 anos de assessoria jurídica popular. 1ed. Curitiba: MAJUP Isabel da Silva/UFPR; Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2021, v. 1, p. 21-32.

SIDNEI MACHADO

Livros publicados/organizados ou edições 2. MACHADO, Sidnei.; DUTRA, R. (Org.). Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. v. 1. 513p. Capítulos de livros publicados 4. MACHADO, Sidnei.; PETRY, J. D. Direito à desconexão e home office: um par (im) perfeito na crise do covid-19. A pandemia no mundo do trabalho: desafios e perspectivas sob a ótica do Direito Individual, Coletivo e Meio Ambiente Laboral. 1ed. Belo Horizonte: Editora RTM, 2021, v. , p. 215-233. 5. MACHADO, Sidnei.; GODOY, M. G. . O STF e a greve no serviço público: o caso dos dias de greve. In: DUTRA, Renata; MACHADO, Sidnei. (Org.). O Supremo e a Reforma Trabalhista. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. 1, p. 219-238. 6. MACHADO, Sidnei.; Magalhães D. ; Sodré A. ; Floriano L. ; Pozo A. ; Hara C. COVID-19 Portal: Machine Learning Techniques Applied to the Analysis of Judicial Processes Related to the Pandemic. In: Bellatreche L. et al. (eds). (Org.). New Trends in Database and Information Systems. 1ed. Cham: Springer, 2021, v. 1450, p. 109-120. 7. MACHADO, Sidnei.; PETRY, J. D. . O ?Direito à Desconexão do Trabalho? na Perspectiva Brasileira. In: Sayonara Grillo; Ana Luísa de Souza Palmisciano; Thiago Patrício Gondim. (Org.). Direito e trabalho em transformação: desafios para a proteção do labor humano no século XXI, v.1. 1ed. Belo Horizonte: Editora RTM, 2021, v. 1, p. 73-92. 8. MACHADO, Sidnei.; OLIVEIRA, G. V. . Hipóteses Jurídicas de Caracterização da Responsabilidade Objetiva das Empresas em Casos de Acidente de Trabalho dos Motociclistas de Aplicativo. In: Sayonara Grillo; Ana Luísa de Souza Palmisciano; Thiago Patrício Gondim.. (Org.). Direito e trabalho em transformação: desafios para a proteção do labor humano no século XXI. 1ed. Belo Horizonte: Editora RTM, 2021, v. 1, p. 283-300. 9. MACHADO, Sidnei.; Bridi, Maria Aparecida . O teletrabalho no Brasil: a reforma Trabalhista de 2017 e o contexto na covid-19. In: Marcelo Manzano, Marilane Oliveira Teixeira, Patrícia Rocha Lemos. (Org.). O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017). 1ed. São Paulo: CESIT, 2021, v. 1, p. 187-218.

Produção Intelectual/Formação Discentes: **Indique destaques dos projetos nos quais participa e se existem atividades de internalização (se sim, quais, com quais instituições e professores estrangeiros).**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2021

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

RIBEIRO, M. C. P. Função Social do Contrato Empresarial: função econômica e perspectivas. *Revista de la Facultad de Derecho de México*, v.70, p.177 - , 2021. (MÉXICO, MÉXICO) SOUZA, L. R.; RIBEIRO, M. C. P. Nudging to Incorporate: the Acting of Central Bank of Brazil in the Incorporations of Credit Cooperatives. In: *The Evolution of Cooperative Law in the Era of Globalization in the Countries of Eastern Europe, Central Asia and Other Countries of the World : Materials of the International Online Conference on Cooperative Law (April 06–07, 2021)*. 1ed. Belgorode (Rússia): Publishing House BUCEL, 2021, v.1, p. 163-177. (BELGORODE, RÚSSIA)

SERGIO CRUZ ARENHART

ARENHART, Sérgio Cruz. RAGONE, Alvaro Perez. OSNA, Gustavo. SAHIÁN, José. *Procesos colectivos en acción – visión y misión*. Buenos Aires: La Ley, 2021.

Novos Paradigmas do Direito

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

Não há

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

EMERSON GABARDO

1. GABARDO, Emerson; MENENGOLA, Everton. La universalización del acceso a internet como presupuesto para la implementación de los procesos administrativos electrónicos. In: CASTILLO, Luis Ferney Moreno; APONTE, William Ivan; VALLE, Vivian Cristina Lima López (Org.). *Tecnología, administración pública y regulación*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, p. 295-316. (Bogotá, Colômbia) 2. GABARDO, Emerson; CASIMIRO, Ligia Maria Melo de. El derecho administrativo brasileño y la promoción de los derechos fundamentales sociales. In: RUIZ, María Guadalupe F; LOZANO, Luis Gerardo R.; RODRÍGUEZ, María Salomé M. (Org.). *Administración Pública y Derechos Humanos*. Ciudad de Mexico: Tirant lo Blanch, 2021, v. 1, p. 339-399. (Ciudad de México, México) 3. GABARDO, Emerson; SANTOS, Fabio de Sousa. La innovación de la inteligencia artificial en la administración pública brasileña. In: BARRERA, Teresita Rendón Huerta (Org.). *Construyendo una agenda del derecho administrativo en la pospandemia del Covid-19*. Guanajuato: Porrúa, 2021, v. 1, p. 213-224. (Guanajuato, México)

ENEIDA DESIREE SALGADO

CAMACHO CEPEDA, Gladys; SALGADO, Eneida Desiree; BITENCOURT, Caroline Muller. *EL ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA: UN ESTUDIO SOBRE LAS MUNICIPALIDADES*

CHILENAS Y BRASILEÑAS. Revista de la Escuela Jacobea de Posgrado. , v.20, p.1 - 16, 2021.SALGADO, Eneida Desiree. A SERIES OF UNFORTUNATE EVENTS OR SOME KIND OF KARMA? 2018 ELECTION AND BRAZIL'S PERSISTENT CONSERVATIVE ALIGNMENT. UC Irvine: Center for the Study of Democracy. , v.2021, p.1 - 22, 2021 (Irvine, California, EUA).

Perspectivas da Dogmática Crítica

HELOISA FERNANDES CAMARA

CAMARA, Heloisa Fernandes; CHUEIRI, V.K. . Decandencia Democrática En Brasil, Poder Judicial Y Juego Duro Constitucional. In: Katya Kozicki, Maria Helena Fonseca Faller. (Org.). Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo XXI. 1ed.Bogotá: Tirant lo Blanch, 2021, v. 1, p. 42-71.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

*14.aVIEIRA, J. R.; VALLE, M. D. T. . Princípios de Direito Constitucional Tributário Comparado Latino-Americano: Um Panorama Copernicano. In: Francisco Saffie Gatica; Antonio Faúndez Ugalde. (Org.). Derecho Tributario Constitucional: En Tiempos de Decisión de Una Nueva Constitución. 1ed. Valencia - Espanha: Tirant Lo Blanch, 2021, v. 1, p. 421-480 (Cidades e Países da publicação: Valência, Espanha; e Santiago, Chile). *14.bVIEIRA, J. R.; VALLE, M. D. T. . Incentivos Tributários ao Turismo no Brasil: Excelências e Excrecências da Extrafiscalidade. In: Francisco Nicolau Domingos; Tathiane Piscitelli. (Org.). Direito Tributário do Turismo: Um Desafio do Século XXI. 1ed. Sintra - Portugal: Letras e Conceitos; Rio de Janeiro: Marcial Pons Brasil, 2021, v. 1, p. 391-420 (Cidades e Países da publicação: Sintra, Portugal; e Rio de Janeiro, Brasil).

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; FACHIN, Melina Girardi Asking “The Woman Question”: Judicial Recognition of the Right to Abortion in Brazil In: The Unwritten Brazilian Constitution Human Rights in the Supremo Tribunal Federal.1 ed.Maryland: Lexington Books, 2021, v.1, p. 100-120.MARYLAND – ESTADOS UNIDOSPalavras-chave: Supremo Tribunal Federal, Constitucionalismo FeministaÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9781793623690, Home page: <https://rowman.com/ISBN/9781793623706/The-Unwritten-Brazilian-Constitution-Human-Rights-in-the-Supremo-Tribunal-Federal>5. MACEDO, JOSÉ ARTHUR CASTILLO DE; BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZFEDERAÇÃO BRASILEIRA: DESIGN CONSTITUCIONAL E CENTRALIZAÇÃO In: LE AUTONOMIE SPECIALI NELLA PROSPETTIVA DEL REGIONALISMO DIFFERENZIATO.1 ed.Napoli: Editoriale Scientifica, 2021, v.01, p. 313-334.Palavras-chave: federalismo – NAPOLI - ITÁLIAREferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 07912597608767. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; SOUZA, C.B.M.Las competencias constitucionales del presidente utilizadas contra el pluralismo político: ¿la democracia brasileña está en descenso? In: Soberanía, Constitución y Democracia. Tensiones y contradicciones en el siglo XXI.1 ed.Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021, v.1, p. 100-131. – BOGOTÁ - COLOMBIAPalavras-chave: Crise da democracia, autoritarismo, Constitucionalismo abusivoÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9788413783178, Home page: <https://editorial.tirant.com/co/libro/soberania-constitucion-y-democracia-tensiones-y-contradicciones-en-el-siglo-xxi-katya-kozicki-97884137831619>. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; BUSS, G.O papel da jurisdição

constitucional na proteção dos direitos sociais no Brasil..... In: CULTURA CONSTITUCIONAL Y DERECHO VIVIENTE Escritos en honor al profesor Roberto Romboli. 1 ed. Lima: TRIBUNAL CONSTITUCIONAL CENTRO DE ESTUDIOS CONSTITUCIONALES, 2021, v.1, p. 761-784. – LIMA PERU Palavras-chave: direitos sociais, Jurisdição Constitucional, Direitos Fundamentais Áreas do conhecimento: Direito Constitucional Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786124464096, Home page: <https://www.tc.gob.pe/wp-content/uploads/2021/11/Cultura-constitucional...TOMO-I-Baja.pdf>

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

RAMINA, Larissa; CARBALLIDO, M. G. . Uma aproximação entre teorias críticas do direito: estudo introdutório. <https://doi.org/10.51284/rbpj.01.ramina>, v. 2, p. 176-193, 2021.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

SERAU JUNIOR, M. A.; IANTAS, Isabel Ceccon . O teletrabalho na Argentina e no Brasil: Análise comparativa em busca da regulação jurídica mais adequada. Revista Jurídica de San Juan, v. 3, p.1-2, 2021. (Argentina, San Juan) SERAU JUNIOR, M. A.; PANCOTTI, H. H. S. . A PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRE A MORAL E O DIREITO. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 6, p. 1433-1452, 2020. (Portugal, Lisboa)

MELINA GIRARDI FACHIN

RAMOS, C. M. V.; PIOVESAN, F.; FACHIN, Melina Girardi A escolha da mulher latino-americana: comentários sobre o aborto no contexto interamericano de defesa dos direitos humanos In: ANUARIO DE DERECHO CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANO. 1 ed. Colombia: Temis, 2021, v.1, p. 485-502. NOWAK, B.; FACHIN, Melina Girardi DEMOCRACIAS EN PELIGRO: ¿SON LOS DIÁLOGOS JUDICIALES MEDIOS PARA REFRENAR RETROCESOS EN LATINOAMÉRICA? In: La democracia y los derechos humanos bajo amenaza: defensas dialógicas. 1 ed. Bogotá: Tirant lo Blanch, 2021, v.1, p. 59-82. FACHIN, Melina Girardi Derecho a defender derechos humanos: enseñanzas a partir del caso Escaleras Mejía vs. Honduras [2018] In: Los Derechos Fundamentales en el siglo XXI - tomo IV el estudio regional De Los Derechos Fundamentales Estudios de casos líderes interamericanos. 1 ed. Ciudad de Mexico: Tirant Lo Blanch, 2021, v. XX, p. 219-254. OLSEN, A. C. L.; FACHIN, Melina Girardi DIÁLOGO JUDICIAL COOPERATIVO EN EL IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS In: La democracia y los derechos humanos bajo amenaza: defensas dialógicas. 1 ed. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2021, v.1, p. 15-58. FACHIN, Melina Girardi Pobreza, periferia e direitos humanos: um olhar desde abaixo In: PERIFERIE E DIRITTI FONDAMENTALI. 1 ed. Napoli: Editoriale Scientifica, 2021, v.1, p. 339-356.

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

- PAZELLO, Ricardo Prestes; WAGNITZ, Helena de Paula . Contrarreformas estruturais e acumulação originária permanente do capital: esboço metodológico para análise da relação jurídica dependente no Brasil. Nuestrapraxis. Revista de Investigación Interdisciplinaria y Crítica Jurídica, v. 4, p. 81-100, 2021 (México D.F, México)- PAZELLO, Ricardo Prestes. Jardín colgante entre dos cielos: un ensayo sobre el estado del arte de la relación entre marxismo y derecho en Brasil, hoy. In: Víctor Romero Escalante. (Org.). Marxismo y derecho: obras escogidas. 1 ed. México, D.F.: Ladrones de Leña, 2021, v. , p. 23-55.

Produção Intelectual/Formação Discentes: **Parcerias nacionais e internacionais (informar a universidade e o país, se internacional; informar o PPG, a universidade e o estado, se nacional). 1.a Com intercambio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercambio, finalidade[realizar doutorado sanduiche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país)**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2021

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

2.1. com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade[se doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc], nome da universidade e país)Universidad La Salle – Peru / Programa de Mestrado em Direito Comercial (Doutorando GuilhermeBarros tem co-orientação do prof. Dennis Almanza Torres)Programa de Pós- Graduação (Mestrado e Doutorado) UERJ (Doutorando João Paulo Godriparticipou de atividades remotas com a Universidade e tem co-orientação do prof. AlexandreAssumpção)2.2. em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se háfinanciamento [e de qual agência de fomento])AMBIENTE INSTITUCIONAL, NOVAS TENDÊNCIAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO, ENERGIAS RENOVÁVEIS E ATIVIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL.PUCPR/UNIOESTE/UNIVERSIDADE DE ÉVORAO Sistema Elétrico Brasileiro está passando por um momento de transição reconhecido por terceiro modelo energético. É oportuno que se analise, por meio de trabalho de pesquisa interdisciplinar e que aproxime o mercado da academia, os impactos dessas mudanças no mercado de energia e da regulação, assim como se promova o debate sobre o papel das energias renováveis no Brasil, a estrutura de mercado, o processo de regulamentação e a avaliação de riscos dos temas em debate.O objetivo do projeto é estudar as novas tendências do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) para que seja fomentada a publicação de trabalhos científicos sobre o tema, assim como para que sejam analisadas as propostas de reforma desse sistema e investigados os problemas jurídicos existentes decorrentes do novo modelo. Serão também discutidos os impactos das alterações e avaliadas as consequentes contribuições e riscos da reforma.SEM FINANCIAMENTO

Novos Paradigmas do Direito

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

Universidade Estatal de Milão; doutoranda Karen Vernazi.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da

universidade epaís).Vanessa Caroline Massuchetto -2021Women's Studies Group 1558 1837. (Carga horária: 90h).Women's Studies Group:women's and gender studies in the early modern period, WSG, Grã-Bretanha.Women Making History: Ten Objects, Many Stories. (Carga horária: 15h).Harvard University, HARVARD, Estados Unidos.2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]).Vanessa Caroline Massuchetto -2021Women's Studies Group 1558 1837. (Carga horária: 90h).Women's Studies Group:women's and gender studies in the early modern period, WSG, Grã-Bretanha.Women Making History: Ten Objects, Many Stories. (Carga horária: 15h).Harvard University, HARVARD, Estados Unidos.

PAULO CESAR BUSATO

1. “Proyecto Derecho penal y comportamiento humano”. Universidad de Castilla-La Mancha, Toledo, Espanha. Projeto identificado sob número RTI2018-097838-B-I00, concedido pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de España, sob direção do Prof. Dr. Eduardo Demetrio Crespo [<https://blog.uclm.es/proyectedpach/>]

SÉRGIO SAID STAUT JUNIOR

- Coordenador pela UFPR do DINTER UFPR-UERN (coordenador da UFPR responsável pelo DINTER entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – com o objetivo de formar 30 novos doutores, sendo que a maioria dos doutorandos são professores da UERN e da UFRN.

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]).UNIVERSITÀ DI PALERMO- PALERMO (SI) – Italia - PRINT

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]).*Parceria nacional: Universidade Católica de Brasília – UCB*Projeto de Pesquisa Interinstitucional:*Título: *”Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva”. *Breve Descrição: Trata-se de um Projeto de Pesquisa motivado por dois trabalhos conjuntos, elaborados e publicados por nós, da UFPR, e pelo Prof. Maurício Timm do Valle, da UCB, em 2021, que examina os Incentivos Tributários instituídos pelo Distrito Federal, especialmente a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias do DF – Lei nº 6.934, de 05.08.2021, e legislação complementar, analisando a suficiência das respectivas exposições de motivo, de modo a permitir o adequado controle do Princípio da Proporcionalidade.*Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ADRIANA ESPINDOLA CORREA

2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]).Projeto de Pesquisa em Cooperação com o PPGD/Universidade Positivo, co-coordenado com o Prof. Anderson Marcos dos Santos. Título: Enquadramentos jurídicos do corpo nos Tribunais Superiores Brasileiros.7. Informar a eventual organização de eventos pelo PPGD, presenciais ou online ou híbridas. Informar o evento e os participantes. Se internacional, informar a universidade e o país;

se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. Seguir o padrão: “TÍTULO DO EVENTO – Nome do professor convidado (Universidade, País)”. 2021: 1. Transgressões e Pandemia do Covid-19 – Prof. David Le Breton (Université de Strasbourg, France) 2. Desafios do ensino jurídico a partir da prática extensionista, Prof. Lawrence Estivalet Mello, UFBAMINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD Tel: (41) 3310-2685 <https://ppgd.ufpr.br/ppgdufr@gmail.com> 3. Diferença, preconceito e normalização dos corpos - Letícia Lanz (Paraná); Roger Raupp Rios (PPGD UNISINOS, RIO GRANDE DO SUL) 4. TEORIA CRÍTICA - O QUE É CRÍTICO NA SOCIOLOGIA CRÍTICA, JOSUÉ PEREIRA DASILVA (UNICAMP – SÃO PAULO)

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

Canadá – com financiamento – descrito nos outros itens xxxxxx PROJETO DE PESQUISA COM REDESS - RED LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE ESTADO DE DERECHO, DEMOCRACIA Y DERECHOS SOCIALES (REDESS) Universidades envolvidas: Humberto Nogueira Alcalá, Gonzalo Aguilar Cavallo, ambos de la Universidad de Talca (Chile), Márcia Alvim de la Pontificia Universidad Católica de Sao Paulo (Brasil), Diana Espino Tapia de la Universidad Reggionmontana de Monterrey (México), Miriam Mora de la Universidad de La República (Uruguay), Glauco Salomao Leite de la Universidad Católica de Pernambuco (Brasil), Paola Sierra de la Universidad Católica de Colombia (Colombia), Luiz Conci de la Facultad de Derecho de Sao Bernardo do Campo, Sao Paulo (Brasil), Manuel Bermúdez Tapia de la Universidad Nacional de San Marcos (Perú), y David Mendieta de la Universidad de Medellín (Colombia), Sobre el funcionamiento del presidencialismo en America Latina PARTE I Las características de las formas de gobierno en América Latina Si por formas de gobierno entendemos «o conjunto de reglas que disciplinan la distribución de los poderes entre los órganos constitucionales» (M. Volpi), el resultado de los cuestionarios muestra que podemos dividir las experiencias de los países latinoamericanos estudiadas en TRES GRUPOS: A) BRASIL E MEXICO: NÃO DISPOEM DE FERRAMENTAS DE CONTROLE POLÍTICO FORTE DO PARLAMENTO SOBRE O EXECUTIVO (solamente el veto presidencial y el juicio político/impeachment) B) EQUADOR, ARGENTINA, COLOMBIA E PARAGUAI: DISPÕEM DE FERRAMENTAS DE CONTROLE PARLAMENTAR DO EXECUTIVO (además del veto presidencial y el juicio político, hay desconfianza de ministros, poderes de interrogatorio) C) PERU E URUGUAI: DISPÕEM DE FERRAMENTAS DE CONTROLE RECÍPROCO ENTRE OS DOIS PODERES POLITICOS (además del veto presidencial y el juicio político, hay desconfianza de los ministros, disolución presidencial de asambleas, poderes de interrogatorio, cuestión de confianza). La tendencia histórica a limitar el poder presidencial ha producido, por tanto, una serie de instituciones reguladoras destinadas a fortalecer, en algunos casos, únicamente el control parlamentario y, en otros casos, el equilibrio recíproco entre poderes. De la mayoría de los cuestionarios devueltos, sin embargo, surge una cierta desilusión con las herramientas para racionalizar la forma de gobierno Solo en el caso de Uruguay no hay reportes de conflictos. En los casos de Ecuador, Paraguay, México, Argentina y Colombia hay una tendencia al abuso de poder por parte del presidente, con referencias explícitas al riesgo de autoritarismo (Paraguay, Colombia). En cuanto a las relaciones entre poderes, existe una infracción frecuente de las normas constitucionales. En particular, es relevante una interpretación “oportunista” y “creativa” de la responsabilidad presidencial en Perú, Brasil y Paraguay – ¿“parlamentariacion del impeachment?” – y sobre los ataques a la independencia del poder judicial y organismos independientes reportados en México y Argentina. Este es un claro signo de discontinuidad, confirmado también por la

introducción de institutos constitucionales como la “revocatoria del mandato” (análogo al “recall” anglosajón) en México (2019) y Ecuador (2008). El rígido esquema de separación de poderes que caracteriza al prototipo de Estados Unidos es muy lejoso. Por el contrario, se multiplican los instrumentos constitucionales para remover presidentes que pierden el apoyo de la mayoría de la asamblea o, incluso, del electorado. No se trata simplemente de parlamentarización, sino de una nueva forma de entender los contrapesos en la relación entre el ejecutivo y el legislativo. ¿Está surgiendo el “neo-presidencialismo”? (D. Valades) Las contradicciones entre disposiciones constitucionales y hechos político-institucionales no deben llevarnos a la conclusión de que las primeras deben ser necesariamente adecuadas para los segundos. Porque el incumplimiento de las normas no siempre deriva de su obsolescencia, sino muchas veces de la voluntad de los sujetos políticos y titulares de cargos constitucionales de eludir los límites constitucionales a su actividad y ejercicio de sus competencias. Por otro lado, también es cierto que si las reglas, especialmente las constitucionales, pierden su efectividad, se desconocen las esperanzas depositadas en la democracia y esto hace más probable el surgimiento de liderazgos autoritarios. Concordamos con Víctor Ibanez, sobre la necesidad de ampliar la perspectiva del estudio de la “parte dogmática” a la “parte orgánica” de la forma de gobierno. Por eso, parece apropiado ampliar el análisis a dos elementos más: 1. el papel de la coalición 2. el papel de los grupos de presión Sin embargo, es necesario tener la advertencia para devolver los datos políticos al contexto de nuestro método, dándoles un aspecto jurídico. Para ser más claros, es necesario hacer lo que ya ha logrado la doctrina constitucional con la elaboración de “conceptos de frontera”, entre derecho constitucional y ciencia política, como los de “dirección política” y “constitución material”. PARTE II La coalición y las reglas constitucionales Aunque está legalmente reconocido solo en México (a nivel constitucional) y en Colombia (con derecho común), el gobierno de coalición es ahora un componente consolidado en todos (o casi todos) los países examinados. SOBRE ESTE ASPECTO LA NUESTRA PESQUISA PUEDE ELABORAR UNA PANORÁMICA DE LA SITUACIÓN: ¿HAY OTROS LUGARES DONDE SE DISCIPLINA A LA COALICIÓN DE GOBIERNO? ¿QUIÉNES FORMAN LAS COALICIONES? ¿LOS PRESIDENTES O LOS PARTIDOS? ¿QUÉ PROPORCIONA LA DISCIPLINA? El elemento de la coalición puede ayudar a refinar el análisis más allá de las simplificaciones hechas por aquellos que han mirado solo los datos normativos. Parece simplista clasificar las tendencias observadas dentro de las categorías ya utilizadas de “parlamentarización del presidencialismo” o de la “hiperpresidencialización”. Las instituciones de control parlamentario, efectivamente utilizadas, no resuelven las tensiones entre poder ejecutivo y legislativo: el recurso al procedimiento de destitución del presidente sigue siendo frecuente (“acusación constitucional”, “juicio político”, “declaración de incapacidad moral”, “impeachment”). (El problema común está representado por el hecho de que el juicio político/impeachment no tiene tipos penales (“fatti especie”) definidos (como en Perú, Ecuador, Paraguay y Argentina) o no tienen una disciplina procesal definida (casi todos). Por otro lado, incluso cuando hay reglas detalladas, como en el caso de Brasil, las fuerzas políticas tienden a no respetar las restricciones. De esta manera, los presidentes que pierden la “confianza” del parlamento son REGULARMENTE removidos. Los presidentes que logran mantener su cargo son aquellos que, en situaciones de crisis, incluyen a miembros de la oposición en el gabinete presidencial o consolidan la base parlamentaria distribuyendo cargos o compromisos de gasto (en Brasil especialmente). La “gestión” de la coalición se vuelve aún más importante que su formación para la estabilidad del gobierno y para el cumplimiento de las normas constitucionales relativas a la forma de gobierno. PARTE III A nivel del mantenimiento de las

garantías constitucionales. ¿Se pueden definir todavía las formas de Estado analizadas como democracias? Creemos que sí, porque no pensamos que la concentración de poderes haya sometido todavía al poder judicial o las instituciones de protección de la democracia y de la imparcialidad de la administración (autoridades independientes, bancos centrales, tribunales constitucionales). Las tensiones, aunque dramáticas, no escapan del campo institucional, las protestas callejeras y los enfrentamientos no producen revoluciones ni golpes de Estado. Sin embargo, la cualidad de las democracias está en declive: hay un aumento do número de “democracias únicamente electorales”. Me parece que, además de los partidos, el papel de los grupos de presión es fundamental. El cuestionario sobre Paraguay, por ejemplo, indica que las bancadas son incluso más importantes que los partidos políticos. Sin embargo, hay una reclamación que está levantada por las movilizaciones sociales: la de la ética pública, de la transparencia en el manejo de los fondos y sobre las propiedades de los políticos, respecto a la cual la investigación de Pandora Papers ha echado más leña al fuego. Veo que en todos los países hay iniciativas para asegurar una mayor transparencia en el patrimonio de los políticos, con el aumento de sanciones para quienes cometan fraude al declarar sus intereses. Este es un presupuesto fundamental de la forma democrática de Estado, sin el cual se intensifica el riesgo de pérdida de legitimidad de los circuitos representativos y de apoyo al autoritarismo. ¿Que piensan en tratar mas profundamente este tema? Se podría empezar con un aspecto específico. Por ejemplo: ¿EXISTEN REGLAS SOBRE REGISTRO DE INTERESES DE LOS PARLAMENTARES E MIEMBROS DEL EJECUTIVO? ¿QUIEN CONTROLA ESTE REGISTRO? ¿Deberíamos hacernos una pregunta sobre la necesidad de registros para el lobbying y la declaración de los intereses patrimoniales de los políticos? entre otras cosas, esta es una de las reformas que Transparencia Internacional ha destacado como urgentes para América Latina. ¿Existen tales registros? PARTE IV El sistema político y la forma de gobierno presidencial CONSIDERANDO LA INESTABILIDAD DEL GOBIERNO, ME PARECE QUE LAS COALICIONES SIRVEN PARA GANAR ELECCIONES, PERO SON UN PROBLEMA PARA GOBERNAR EL PAÍS. La capacidad de gestión de la coalición es una cualidad importante para ser presidente en todos los países analizados. Especialmente en Brasil, donde la coalición es siempre el resultado de alianzas muy numerosas. EN OTROS CONTEXTOS PREVALECE EL “ELEMENTO PLEBISCITARIO”, ES DECIR, EL PRESIDENTE, SUPERANDO AL PARLAMENTO, CON EL ÚNICO CONTROL PREVENTIVO DE LA CUESTIÓN POR PARTE DEL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, CONVOCA AL PUEBLO A LAS URNAS, A TRAVÉS DE LAS HERRAMIENTAS DE LAS CONSULTAS POPULARES (EN MÉXICO, PERÚ Y ..) DE LOS REFERENDOS CONSTITUCIONALES (EN ECUADOR Y) Y DE LA REVOCACIÓN DEL MANDATO (EN MÉXICO Y ECUADOR) La contraparte de estos fenómenos está constituida por la parlamentarización del juicio político mencionado anteriormente (parte I). El papel del electorado es igualmente interesante de estudiar, especialmente en contextos donde se ha formalizado la teoría del “control popular” y la participación de grupos indígenas y étnicos o se ha impuesto la igualdad de género en los órganos de representación. ¿SON ESTAS MEDIDAS EFECTIVAS? SI NO ES ASÍ, ¿PERMITIERON AÚN AVANZAR EN LA INCLUSIÓN? En general, ¿podemos proponer la clasificación ya utilizada para describir la función de la dirección política en los modelos históricos del parlamentarismo, es decir, dividir las experiencias analizadas entre “presidencialismo con predominio del ejecutivo” y “presidencialismo con predominio del congreso”? Claramente, el criterio de prevalencia está fuertemente condicionado no solo por la distribución de poderes, sino también por las características del sistema político.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

CEPEDIS - Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. Programa de pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC_PR). Paraná. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO/UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. UNIVERSIDADE DE LIÈGE – CAMPUS ARLON. Pesquisadora externa colaboradora da unidade SEED - unidade de Socioeconomia, ambiente e desenvolvimento (SEED).

MELINA GIRARDI FACHIN

Transforming Judicial Outcomes for Women in Canada and Brazil– QUEENS UNIVERSITY – Coordenado pela Profa Berverly Baines e com financiamento do governo canadense - Social Sciences and Humanities Research Council of Canada

TAYSA SCHIOCCHET

2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). • 2021 - Atual
Aborto legal, advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal
Financiador(es): Universidade Federal do Paraná-UFPR • 2021 - Atual Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso à saúde a partir de demandas por direitos
Financiador(es): Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FAADCT/PR